



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIELA CAMACHO KÜSTER

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UMA
SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS ATOS BILATERAIS ENTRE BRASIL E
MÉXICO**

Florianópolis

2017

GABRIELA CAMACHO KÜSTER

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UMA
SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS ATOS BILATERAIS ENTRE BRASIL E
MÉXICO**

Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial para a
obtenção do Título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Iara Costa Leite

Florianópolis

2017

GABRIELA CAMACHO KUSTER

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UMA
SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS ATOS BILATERAIS ENTRE BRASIL E
MÉXICO**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 7,5 a aluna Gabriela Camacho Küster na disciplina CNM7280 – Monografia pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 29 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Iara Costa Leite, Dra.

(Orientadora)

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Gilson Geraldino da Silva Junior

Universidade Federal de Santa Catarina

Ademar Seabra da Cruz Junior

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meu pais, que mesmo em meio a tantas dificuldades, não mediram esforços para que a minha formação fosse a melhor possível. Certamente me perderia ao tentar agradecer em detalhes por todas as coisas que fizeram para que eu chegasse até aqui. Assim, agradeço em especial, pelo apoio recebido na realização dos meus intercâmbios; pelas inúmeras vezes em que deixaram de realizar suas atividades pessoais e se deslocaram em um trajeto calculado em quase 30Km, para me entregar documentos, mantimentos e remédios sempre que precisei e em momentos que eu estava com a capacidade de locomoção limitada. Agradeço por terem ficado acordados até tarde ou despertarem bastante cedo, para me transportar em segurança no trajeto que ia do ponto de ônibus a nossa casa, quando ainda morava em Biguaçu. Ainda agradeço pelas vezes que discursaram sobre mim com orgulho... esse foi o principal elemento motivador nesta caminhada. Por fim, agradeço por terem colocado os meus sonhos como prioridade em suas vidas.

Ao Peterson Florindo, agradeço por ter sido um companheiro fiel ao longo da graduação, me proporcionando não somente grandes discussões políticas e morais como também boas risadas e momentos de descontração em épocas difíceis, tal qual o final de semestre. O agradeço pela parceria nos estudos e pelas inúmeras mensagens motivacionais que contribuíram para o meu ganho de autoconfiança; além de todo o suporte emocional que me deu, principalmente nos últimos meses, quando inúmeros problemas eclodiram simultaneamente deixando-me bastante abalada. Peterson, obrigada pela sua amizade!

Aos meus amigos mexicanos Kevin Alejandro Campos e Daniel Hurtado, pelas vezes em que se propuseram a abrir sites governamentais mexicanos - cujo acesso havia sido bloqueado temporariamente no território brasileiro - e realizarem capturas de tela para que eu pudesse analisar as informações colocadas ali. Além de terem me dado indicações a respeito de instituições e documentos oficiais onde eu poderia encontrar informações específicas sobre o governo Mexicano.

Agradeço ainda a minha professora orientadora Iara Costa Leite, que não poupou nem seus finais de semana e feriados para dar suporte na produção desta monografia. Obrigada pela sua atenção e dedicação!

RESUMO

KUSTER, Gabriela Camacho. **Cooperação internacional em ciência e tecnologia:** uma sistematização e análise dos atos bilaterais entre Brasil e México. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

O objetivo deste trabalho é apresentar a cooperação bilateral entre Brasil e México, com ênfase na análise da área de ciência e tecnologia. Este estudo está dividido em dois períodos: o primeiro aborda os acordos firmados no século XX; e o segundo trata dos atos bilaterais entre os anos de 2001 a 2015. Esta divisão possui a finalidade de comparação de dados para verificação das mudanças ocorridas. Dentre as informações analisadas, as áreas e subáreas são sistematizadas, verificando quais temas de cooperação são mais acionados por estes Estados e, ainda, se estas áreas se encaixam nas temáticas colocadas como prioritárias nos planos políticos governamentais de ambos os países. Por meio da investigação dos atos bilaterais e outros tipos de documentos primários - como os planos nacionais de desenvolvimento – observa-se que os atos internacionais firmados entre Brasil e México em ciência e tecnologia se expandiu e tornou-se preponderante, especialmente no subcampo de biotecnologia. Um dos responsáveis por este resultado é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) principal ator da cooperação tecnológica que tem o México como principal beneficiado da relação bilateral. Ainda se constata que no primeiro momento estudado (século XX) as temáticas dos acordos em ciência e tecnologia não seguem as áreas colocadas como prioritárias nos planos políticos governamentais, ao contrário do que ocorre no período de análise seguinte.

Palavras-chave: Atos Bilaterais. Ciência e Tecnologia. Agricultura.

RESUMEN

KUSTER, Gabriela Camacho. **Cooperação internacional em ciência e tecnologia: uma sistematização e análise dos atos bilaterais entre Brasil e México.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

El objetivo de este trabajo es presentar el crecimiento de la cooperación bilateral entre Brasil y México, con énfasis en el análisis del área de ciencia y tecnología. Este estudio está dividido en dos períodos: el primero aborda los acuerdos trabados en el siglo XX y el segundo trata de los actos bilaterales entre los años 2001 a 2015. Esta división tiene la finalidad de comparar datos, para verificar los cambios ocurridos. Entre la información analizada, las áreas y subáreas son sistematizadas, verificando cuáles son los temas de cooperación más accionados por estos Estados y, si estas áreas se conectan en las temáticas planteadas como prioritarias en los planes políticos gubernamentales de ambos países. Por medio de la investigación de los actos bilaterales y otros tipos de documentos primarios -como los planes nacionales de desarrollo – es visto que los actos internacionales trabados entre Brasil y México en ciencia y tecnología se expandieron y se hicieron preponderante, especialmente en el tema de biotecnología. Uno de los responsables de este resultado es la Compañía Brasileña de Investigación Agropecuaria (Embrapa), el principal actor de la cooperación tecnológica que tiene a México como principal beneficiado de la relación bilateral. Se constata que en el primer momento estudiado (siglo XX) las temáticas de los acuerdos en ciencia y tecnología no siguen las áreas planteadas como prioritarias en los planes políticos gubernamentales, contrario de lo que ocurre en el siguiente período de análisis.

Palabras-clave: Actos Bilaterales. Ciencia y Tecnología. Agricultura.

ABSTRACT

KUSTER, Gabriela Camacho. **Cooperação internacional em ciência e tecnologia: uma sistematização e análise dos atos bilaterais entre Brasil e México.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

The objective of this work is to present the bilateral cooperation between Brazil and Mexico, with emphasis on the analysis of the area of science and technology. This study is divided into two periods: the first one deals with agreements signed in the twentieth century and the second one deals with the bilateral acts signed between the years 2001 and 2015. This division has the purpose of comparing the data to verify the changes occurred. Among the information analyzed, the areas and subareas are systematized, verifying which cooperation themes are most triggered by these States, and, if these areas fit into the priority themes in the governmental political plans of both countries. Through the investigation of bilateral acts and other types of primary documents - such as national development plans - it is observed that the international acts between Brazil and Mexico in science and technology have expanded and become preponderant, especially in the subfield of biotechnology. One of the responsible for this result is Embrapa (Brazilian Agricultural Research Company), the main technological cooperation agency in terms of knowledge sharing. This company has ranked Mexico as the main beneficiary of the bilateral relationship. It is still observed that in the first moment studied (20th century) the themes of agreements in science and technology do not follow the priority areas of government policy, contrary to what happens in the next period of analysis.

Key-words: Bilateral Acts. Science and technology. Agriculture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISA	Assessoria Internacional de Assuntos em Saúde
Ana	Agência Nacional de Águas
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Conagua	Comissão Nacional da Água
CONALEP	Colégio Nacional de Educação Profissional Técnica
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IED	Investimento Externo Direto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDF	Instituto Eleitoral do Distrito Federal
IFF	Instituto Fernandes Figueira
INEGI	Instituto Nacional de Estatística e Geografia
INIFAP	Instituto Nacional de Investigações Florestais, Agrícolas e Pecuárias
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
Nafta	Tratado norte-americano de livre comércio
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEP	Secretaria de Educação Pública
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SI	Sistema Internacional
TNP	Tratado de Não Proliferação Nuclear
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Tipos de Atos Internacionais.....	22
Quadro 2 - Acordos Bilaterais Brasil México no século XX até os anos 1960.....	30
Quadro 3 - Acordos em ciência e tecnologia assinados em 1974 entre Brasil e México.....	41
Quadro 4 - Acordos em ciência e tecnologia de 1976 a 1999	42
Quadro 5 - Ajustes Complementares em Ciência e Tecnologia de 2001 a 2015	49
Quadro 6 - Beneficiários dos Acordos em ciência e tecnologia.....	54
Quadro 7 – Organismos beneficiados por área no México	54
Quadro 8 – Organismos beneficiados por área no Brasil	55
Quadro 9 - Acordos de benefício mútuo por área	55
Quadro 10 - Acordos sem beneficiado declarado.....	56
Quadro 11 - Distribuição do Quantitativo de Medidas segundo os Setores do PBM	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Acordos Bilaterais entre Brasil e México de 1960 - 1999	30
Gráfico 2 - Percentual de documentos assinados entre 2001 e 2015 entre Brasil e México	49
Gráfico 3 - Ajustes complementares em cooperação científica e tecnológica nas áreas de agricultura, estatística e saúde pela classificação oficial	52
Gráfico 4 - Ajustes complementares em cooperação científica e tecnológica nas áreas de agricultura, estatística e saúde pela classificação autoral	53
Gráfico 5 - Número de acordos por órgãos que receberam contribuição por meio da cooperação	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	16
2.1 A COOPERAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	16
2.1.1A cooperação segundo a visão neorrealista	17
2.1.2 A cooperação segundo a visão neoliberal.....	18
2.2 OS TIPOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	19
2.2.1 Cooperação Sul-Sul, Norte-Sul e Norte-Norte.....	20
2.2.2 Cooperação técnica e cooperação científica.....	20
2.4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	23
2.4.1 Ciência, tecnologia e inovação e as Relações Internacionais.....	23
2.4.2 Influência da CTI na soberania do Estado	24
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
3. CONTEXTO HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E MÉXICO NO SÉCULO XX	27
3.1 O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E PRIMEIROS ACORDOS FIRMADOS.....	27
3.2 ÁREAS DE INTERESSE ESTRATÉGICO EM PERÍODOS ESPECÍFICOS	30
3.2.1 Contexto econômico brasileiro entre os anos 1968 e 1973.....	31
3.2.2 Os governos mexicanos de Ordaz e Echevarría: uma análise de 1964 a 1976 .	33
3.2.3 O governo Geisel: 1974 a 1979	34
3.2.4 O contexto econômico brasileiro de 1997 a 1999.....	38
3.2.5 O contexto econômico mexicano de 1997 a 1999	39
3.3 OS ACORDOS NA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA ENTRE BRASIL E MÉXICO.....	40
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
4. A COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E MÉXICO NO SÉCULO XXI	46
4.1 ACORDOS firmados DE 2001 A 2015	46
4.2 RELAÇÃO DE ACORDOS FIRMADOS DE 2001 A 2015 EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	48
4.2.1 Beneficiados com os acordos e as áreas.....	53
4.2.2.1 INIFAP	58

4.2.2.2 EMBRAPA.....	59
4.3 INTERESSES GOVERNAMENTAIS BRASILEIROS E MEXICANOS NOS ANOS DE 2009 E 2012.....	64
4.3.1 Fatores que marcaram o governo Calderón nos anos de 2009 e 2012	64
4.3.2 Fatores que marcaram o governo Lula e Dilma nos anos de 2009 e 2012	68
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
5. CONCLUSÃO.....	73
6. APÊNDICE	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

1. INTRODUÇÃO

Brasil e México, os países de maior relevância na América Latina em diversos aspectos, mantêm relações diplomáticas desde a época em que se tornaram independentes. Com o passar do tempo essa relação foi se estreitando, conforme demonstra o crescimento da quantidade de atos bilaterais entre eles. No primeiro momento, essa relação era formalizada, entre outros, no campo comercial. De fato, o comércio entre essas nações traduz números expressivos. Segundo dados de 2014, o México foi o 11º parceiro comercial do Brasil, enquanto o Brasil ocupou a 8ª posição no ranking dos principais parceiros comerciais mexicanos (MRE, 2017).

Entretanto, novos estudos e temáticas passaram a ganhar proeminência ao longo do tempo. Uma dessas novas áreas é a de ciência, tecnologia e inovação (CTI). A ciência, como definida por Brooks (1980), é responsável por desenvolver conhecimentos sobre como e porque as coisas são como são. Já a tecnologia diz respeito a como utilizar os conhecimentos adquiridos para atingir propósitos humanos de um modo que possa ser reproduzido posteriormente. Por último, a inovação é entendida como um processo por meio do qual a tecnologia é codificada a ponto de conseguir ser produzida em escala, ou seja, segue um viés mais econômico (BROOKS, 1980). Diversos estudiosos desta temática verificam que esses três elementos, quando explorados, são promotores de desenvolvimento para os Estados.

Em meados dos anos 1970 a relação entre Brasil e México passou a transitar também na área de ciência e tecnologia. Entretanto, ainda que essa temática seja amplamente percebida como relevante para o desenvolvimento e crescimento das nações, poucos estudos abordam a temática de cooperação internacional em ciência e tecnologia.

Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar a cooperação internacional entre Brasil e México com ênfase em ciência e tecnologia. E ainda, verificar quais as áreas estão sendo mais acionadas na implementação do Acordo Básico em ciência e tecnologia, verificando se as áreas em questão pertencem ao grupo de temas prioritários nos planos políticos dos dois países em períodos específicos. Por fim, serão analisadas quais as áreas do Acordo-Básico não estão sendo implementadas.

Para isto, esta monografia faz um estudo descritivo, que, portanto, visa analisar elementos de uma estrutura e dar indícios de vínculos causais com as informações

apresentadas e classificadas (MARCONI, LAKOS, 2006 apud SILVA et al 2015). Para isto, é feita uma sistematização e análise dos atos bilaterais entre Brasil e México, os quais desenham e estruturam da relação formal entre eles. A plataforma consultada para esta análise foi a Concórdia, mantida pela Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, que além de mais organizada apresentava maior quantidade de dados, em comparação com a plataforma mexicana. Além disso, alguns documentos a respeito dos planos políticos governamentais foram analisados, seguido de um breve contexto histórico, unicamente com a intenção de verificar se as áreas e subáreas – aqui fazendo referência ao acordo em ciência e tecnologia – são correspondentes às áreas colocadas como prioritárias pelos governos Estatais para a promoção do desenvolvimento. Ainda a literatura de autores como Skolnifkoff, Wagner, Krige, Keohane, Waltz, Singer, entre outros, foram utilizadas como apoio para o melhor entendimento do tema abordado.

O primeiro passo foi colocar todas as informações em um quadro, cujo resultado mostrou a predominância das áreas agrícola e saúde como os temas com maior número de ajustes complementares. E vinculado a este dado, percebeu-se que a maioria dos acordos foi assinada nos anos de 2009 e 2012. Assim, surgiu a curiosidade de verificar o que estava sendo visto pelos governos como temas prioritários de ação política nestes períodos, e verificar se essas áreas de destaque em ciência e tecnologia se encontravam na lista de prioridades governamentais. E como o início da assinatura desses acordos datam a década de 1970, a divisão de análise dos acordos foi dividida em dois períodos: séculos XX e XXI, para observar, por meio de comparações, as modificações ocorridas ao longo do tempo. Uma explicação mais detalhada das escolhas de recortes e decisões tomadas para a estruturação está disponível no apêndice desta monografia.

Esta monografia está dividida em três capítulos. O primeiro lança as bases conceituais e teóricas para a compreensão do objeto desta monografia. Ela está dividida em cinco seções, cujos temas tratam das motivações da cooperação internacional sob as óticas neorrealista e neoliberal das Relações Internacionais, os tipos de cooperação internacional, diferenças entre os acordos formais e informais, seguidas da definição dos tipos de acordos formais brasileiros, e a relação da ciência, tecnologia e inovação com as relações internacionais. A última seção se destina a fazer um apanhado geral das ideias apresentadas neste primeiro capítulo.

O segundo capítulo passa a realizar o estudo dos atos bilaterais entre Brasil e o México até o final do século XX. O capítulo está dividido em quatro seções, sendo que a primeira relata o estabelecimento das relações diplomáticas e os primeiros acordos assinados entre eles. A segunda seção trata de apresentar as áreas consideradas estratégicas pelos países em períodos de tempo específicos e o breve cenário econômico correspondente. A terceira seção analisa o Acordo Quadro em ciência e tecnologia assinado em 1974 e seus documentos secundários. A última seção é uma conclusão de ideias conectadas às informações apresentadas no capítulo.

O terceiro capítulo faz a análise dos atos bilaterais de 2001 a 2015, com ênfase nos acordos de cooperação em ciência e tecnologia. Para isso faz uma apresentação geral dos acordos na primeira seção, e a segunda seção analisa os ajustes complementares em ciência e tecnologia, realizando ainda um apanhado dos temas em que a cooperação mais promove benefício ao México ou ao Brasil, assim como das instituições colocadas como responsáveis por essa transferência de conhecimento. A terceira seção apresenta alguns pontos marcantes nos governos de 2009 e 2012 e as principais linhas de ação.

Por fim, este trabalho apresenta uma conclusão com a comparação dos acordos do século XX com os do século XXI, visando entender as diferenças ocorridas, além de apontar algumas descobertas e percepções da autora.

2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo tem por objetivo apresentar bases conceituais e teóricas para a compreensão da cooperação bilateral entre Brasil e México em ciência e tecnologia. O capítulo será dividido em cinco seções, em que a primeira se destina a apresentar as motivações de cooperação internacional sob a ótica neorrealista e neoliberal das Relações Internacionais. A segunda seção apresenta alguns tipos de cooperação internacional, com o objetivo de classificar a cooperação ocorrida entre os dois países deste estudo. A terceira seção se encarrega de apresentar as diferenças entre os acordos formais e informais, além de descrever os tipos de acordos utilizados oficialmente pelo Brasil. Aqui, apenas a classificação dos acordos brasileiros será realizada, dado que se utiliza a base de dados brasileira (a Concórdia). A quarta seção mostra a relação entre CTI e Relações Internacionais e a forma que elas afetam a soberania do Estado. Por fim, a última seção realiza um apanhado geral das ideias apresentadas ao longo do capítulo.

2.1 A COOPERAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A cooperação é definida no dicionário de Relações Internacionais de Fernando de Sousa (2005, p.53) como “agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um bem comum”. A definição segue com a consideração de que a ação de cooperar pode ser realizada nas mais variadas áreas de atividades humanas, como na esfera política, econômica e social (SOUSA, 2005). De acordo com Silva (2007) a cooperação internacional é uma forma de se chegar a objetivos comuns por meio de uma ação conjunta entre os parceiros, que envolve barganha para a maximização dos interesses das partes. A cooperação ainda pode proporcionar algumas vantagens como o compartilhamento de custos, acesso à experiência, tecnologia e instalações. Do lado negativo aparecem fatores como a criação de dependências e a perda de liberdade de ação.

Na literatura de Relações Internacionais há um debate sob diferentes perspectivas acerca dos fatores motivadores da cooperação internacional entre as correntes neorrealista e neoliberal. Essas duas visões serão brevemente apresentadas nas seções subsequentes.

2.1.1A cooperação segundo a visão neorrealista

Na visão neorrealista o autor Waltz (1979), os Estados tendem a não cooperar. Isto tem relação com a estrutura do Sistema Internacional, que é anárquico. Prezando pela segurança e sobrevivência, os Estados buscariam constantemente vantagens máximas para se manterem no sistema e, então, haveria uma desconfiança na cooperação, pois os Estados teriam receio de serem enganados e saírem prejudicados com a parceira feita.

Entretanto, a cooperação internacional existe, e os neorrealistas irão justificar que este ato ocorre sob algumas limitações. John J. Mearsheimer (1995) afirma que a cooperação é motivada pelos ganhos relativos e que, quando esse possível ganho não é observado em análises prévias, a cooperação não acontece. Joseph Grieco, Powell e Snidal (1993) explicam os ganhos relativos como a avaliação de quanto um Estado irá ganhar a mais ou a menos que o parceiro da cooperação e, ainda, da capacidade que este ator possui em modificar a estrutura com o ganho que terá. Esses ganhos relativos são analisados por três óticas: a primeira delas trata das incertezas da cooperação, em que é analisado de que forma o ganho favorável ao parceiro pode ser desfavorável ao próprio Estado. A segunda ótica envolve os riscos na cooperação, que observa a possibilidade de traição e a diminuição do seu poder relativo como resultado. A última ótica trata da questão de segurança, que se refere a preocupação com a divisão dos ganhos na cooperação.

Além disto, Waltz (1993) trata da cooperação econômica como uma cooperação capaz de expor os Estados a vulnerabilidades, dado que esse tipo de cooperação irá promover uma maior interdependência entre os parceiros envolvidos e, em um rompimento de laços, isso trará danos. Em se tratando de cooperação militar, Morgenthau (1948), autor do realismo clássico, irá enfatizar a cooperação em termos da balança de poder. Ele afirma que as alianças serão feitas quando dois países enxergarem um terceiro país como uma ameaça dado o aumento do poder. Deste modo ambos uniriam suas forças para manter um equilíbrio de poder internacional e não permitiriam que o poder do terceiro país se tornasse muito maior que o dos demais, ou, em outras palavras, os países se unem para alterar a posição relativa de poder.

2.1.2 A cooperação segundo a visão neoliberal

Na corrente neoliberal, Robert Keohane, na obra “After Hegemony” (2005), trata de mencionar desde o início que a cooperação não é sinônimo de harmonia, e que é difícil realizar cooperação no mundo político. Ele segue sua interpretação diferenciando a harmonia da cooperação. A primeira ocorre quando a política de um ator funciona como uma mão invisível, ajudando sem intenção direta, com que o outro ator atinja seus objetivos. Já a cooperação é quando os Estados possuem interesse um no outro e passam por negociações para ajustarem seus comportamentos às preferências do outro. A diferença entre eles está no fato de que, na harmonia, não é necessário que a negociação de comportamentos ocorra.

Nesta perspectiva de interesses mútuos, Axelrod e Keohane (1985), no artigo “Achieving Cooperation Under Anarchy”, vislumbram três dimensões pelo qual há propensão dos países cooperarem. Na primeira delas, o autor sinala que “A estrutura de recompensa que determina a reciprocidade de interesses não se baseia simplesmente em fatores objetivos, mas baseia-se nas percepções dos atores dos seus próprios interesses. Percepções definem interesse” (AXELROD; KEOHANE, 1985, p. 228, tradução nossa). Desta forma, a percepção de ganho do jogador é ponto fundamental para que a cooperação ocorra e estratégias de convencimento sejam trabalhadas. O autor trata esta questão como uma estrutura de recompensa em que matrizes de retorno são produzidas de acordo com os jogadores e o contexto.

A segunda dimensão, denominada sombra do futuro, basicamente é a atenção dada para os resultados que poderão acontecer caso a cooperação ocorra ou não. Pode-se dizer que esta é uma dimensão que ajuda a promover a cooperação, pois a análise do ato de cooperar engloba não somente os ganhos que serão obtidos, mas, ainda, as possíveis retaliações que a outra parte conseguirá implantar caso receba uma negativa.

A última dimensão, que trata do número de atores na cooperação, ressalta a reciprocidade como estratégia efetiva para o incentivo da cooperação. Entretanto, para que ela de fato ocorra, algumas variáveis precisam ser consideradas. A primeira delas se refere a identificação pelos jogadores de possíveis desertores. Quando há um número grande de atores em um acordo de cooperação, é muito difícil de analisar o jogador com tendência a desertar. A consequência desta dificuldade se espelha no problema de retaliação descentralizada, que é a segunda variável, ou seja, quando os jogadores

possuem dificuldades em se concentrar em realizar uma punição ao desertor. O último aspecto quanto ao número de atores na cooperação se refere a motivos para punir um desertor. Pode acontecer de os jogadores não possuírem incentivos para punirem o desertor, dado que isso também acarretaria em perdas para o próprio.

Por fim, a corrente neoliberal ressalta a importância das instituições na ampliação das chances de cooperação. Isto porque as instituições exercem influência sobre as três dimensões apontadas anteriormente, sendo capazes de alterar as estruturas de recompensas. Visto que um dos receios de cooperar se dá devido ao receio da trapaça pelo parceiro, a instituição consegue prevenir a trapaça e criar meios de retaliação (MARTIN, 1992 apud KEOHANE; MARTIN, 1995). Além disso, as instituições prolongam a sombra do futuro e ainda possibilitam que os jogos com muitos atores sejam diminuídos. A cooperação é ainda motivada pelas instituições dado que elas são capazes de produzir muitas informações relevantes inclusive para temas de segurança, compartilham responsabilidades para fomentar o cumprimento de regras, além de facilitar e promover a manutenção das reputações (DESIDERÁ NETO, 2014 apud AXELROD; KEOHANE, 1985).

2.2 OS TIPOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em meio ao tema de cooperação internacional, é possível observar algumas características variáveis. A definição de algumas delas se faz relevante para a compreensão do tipo de relação bilateral existente entre o Brasil e o México, objeto desta monografia. Desiderá Neto (2014) destaca os tipos de cooperação Norte-Norte, Norte-Sul e Sul-Sul, tomando os países do Norte como países desenvolvidos e os do Sul, com os em desenvolvimento. Ainda apresenta a característica de horizontalidade e verticalidade se referindo ao diferencial de recursos de poder na cooperação. A cooperação Norte-Norte e Sul-Sul seriam as horizontais, enquanto que a cooperação Norte-Sul seria vertical.

Outra classificação de cooperação importante é a que se refere a cooperação técnica e científica, base norteadora deste estudo. Sendo assim, as próximas subseções são dedicadas a dar definições básicas aos tipos de cooperação mencionadas.

2.2.1 Cooperação Sul-Sul, Norte-Sul e Norte-Norte

Pela definição estabelecida no site da Nações Unidas no Brasil (2017), a cooperação Sul-Sul é um modo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes que possuem desafios comuns. Este mecanismo de cooperação apresenta maior eficiência pois as soluções desenvolvidas têm maior aplicabilidade dadas as semelhanças existentes entre esses países, como por exemplo, a tecnologia criada para produção de alimentos em zonas tropicais. Outro fator positivo a este tipo de cooperação é a questão das condicionalidades, que nesta relação não existe ou é bem reduzida (PINO; LEITE, 2009).

O Brasil pode ser considerado o protagonista na cooperação Sul-Sul, tendo os principais setores de atuação a agricultura, saúde e educação. Nestas áreas o Brasil teve experiências com grandes resultados que se tornaram referência internacional. Assim, este país tenta transmitir um pouco do conhecimento acumulado a países com problemas semelhantes de desenvolvimento (MUÑOZ, 2016).

Já a cooperação Norte-Sul é aquela realizada entre um país industrializado e outro menos desenvolvido por meio de mecanismos que vão da assistência técnica à parceria de pesquisa colaborativa. Uma das características que marca este tipo de cooperação é a assimetria da colaboração entre esses países e o domínio dos parceiros do Norte. O sucesso dessa cooperação é variável e depende do objetivo da colaboração (GAILLARD, 1994).

Por fim, a cooperação Norte-Norte é aquela realizada entre dois países industrializados. No histórico deste tipo de relação e, sob a perspectiva realista, as vantagens competitivas são analisadas em termos de fortalecimento ou proteção nacional. Dentre estas vantagens analisadas estão a ciência e tecnologia, que foram utilizadas pelo governo norte-americano na Guerra Fria para gerenciar a proliferação nuclear e ainda delimitar temas de pesquisas por meio de algum tipo de troca ou concedimento de benefício ao parceiro que foi de seu interesse (KRIGE, 2014).

2.2.2 Cooperação técnica e cooperação científica

As cooperações técnicas e científicas caminham juntas e apresentam algumas diferenças quando observados seus objetivos específicos finais. De modo geral, a cooperação científica ocorre entre pesquisadores ou instituições de diferentes países,

podendo haver metas comuns na ação conjunta para a melhoria do potencial da produção científica (WEISZ; ROCO, 1996 apud BALANCIERI et al, 2005).

Já a cooperação técnica, no Pós-Guerra, era compreendida como uma “ajuda” na reconstrução dos países europeus e promoção de desenvolvimento em grande escala. A assistência concedida envolvia transferência de técnicas e conhecimentos, treinamento de pessoal, aquisição de equipamentos, além de estudos e pesquisas. Para o alcance destes objetivos havia projetos para serem desenvolvidos entre as partes em conjunto (VALLER FILHO, 2007). Entretanto, o termo acordado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948 para definir essa relação era “assistência técnica”, que foi alterada para o termo “cooperação técnica” em 1959, considerado mais apropriado por representar uma relação de trocas e interesses mútuos entre as partes (STANDKE, 2006 apud FERNANDES, 2011).

2.3 OS TIPOS DE ACORDOS E SUAS FUNÇÕES

Acordos internacionais são compromissos políticos por duas ou mais partes, podendo ser tanto de caráter formal como informal. Para a utilização de cada um deles são avaliadas as vantagens e desvantagens que cada tipo de acordo pode trazer (LIPSON, 1991).

Segundo Aust (1986) a principal diferença entre os acordos informais e os formais é que os tratados formais têm a intenção de criar uma relação legal entre as partes e assim gerar uma obrigatoriedade quanto ao cumprimento do que foi decidido. Já os acordos informais, caracterizado por Lipson (1991) como compromissos com significados políticos que podem ser realizados por meios orais ou escritos que não segue necessariamente os padrões estipulados pelo direito internacional, são menos confiáveis, já que a reputação do Estado fica menos exposta. Entretanto, eles são acionados por poderem ser alterados de acordo com variações conjunturais. A burocracia é evitada, e os acordos tramitados mais rapidamente já que não há a necessidade de ratificação. Além disso, a publicidade do tratado é menor, evitando possíveis discussões populares passíveis de bloqueio ao seguimento do acordo.

Os acordos formais são regidos pelo Direito Internacional e delineados pela Convenção de Viena de 1969. Nesta Convenção, o Tratado Internacional é definido como um acordo internacional entre Estados, podendo ser constituído de um instrumento único ou de dois ou mais instrumentos conectados, independentemente de sua denominação

(DECRETO Nº 7.030, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009). Deste modo, é entendido que cada país tem poderes para nomear os tratados conforme sua legislação interna.

O Brasil possui diferentes tipos de documentos que firmam os atos internacionais, sendo que os mais tradicionais são: Tratado, Acordo, Convenção, Ajuste ou Acordo Complementar, Protocolo, Memorando de Entendimento, Troca de Notas. Abaixo serão melhor detalhadas as características de cada um com base na definição realizada pelo Congresso Nacional em 2012, cuja denominação é importante para a compreensão dos capítulos sequenciais.

Quadro 1- Tipos de Atos Internacionais

Tratado	Termo que designa acordos internacionais entre dois ou mais países, com o intuito de atribuir importância política na relação.
Convenção	Atos multilaterais provenientes de conferências internacionais sobre temas variados, como as relações consulares, direito dos tratados, direitos humanos, comércio, entre outros.
Acordo	Dá orientação na cooperação entre dois ou mais países por meio do estabelecimento de bases institucionais. Em relações bilaterais sempre haverá um Acordo-Quadro também denominado Acordo-Básico que estabelece o marco geral da cooperação. Estes acordos de fato passam a ser implementados quando ajustes complementares ou programas executivos são fazendo referência a algum tema específico estipulado nos assuntos gerais do Acordo-Básico (MRE, 2010).
Ajuste ou Acordo Complementar	Responsável por executar Acordos-Quadro além de detalhar as áreas e diretrizes de implementação do ato internacional.
Protocolo	Além de traçar interpretações acerca de convenções ou tratados firmados anteriormente, o protocolo ainda pode designar a ata de intenções finais de uma conferência.
Memorando de Entendimento	Este documento registra os princípios que orientam as relações entre as partes nas mais variadas esferas. Também é caracterizado por ser redigido de forma simplificada.
Convênio	“É usado em matérias sobre cooperação multilateral ou bilateral de natureza econômica, comercial, cultural, jurídica, científica e técnica” (BRASIL, 2012)
Acordo por Troca de Notas	Utilizado para explicar ou mesmo fazer alterações de cláusulas de atos já realizados em assuntos da área administrativa. O conteúdo produzido fica sujeito a aprovação do Congresso Nacional.

Fonte: Adaptado de informações do Congresso Nacional (2012) - A autora

Ainda que o Congresso Nacional tenha colocado o Ajuste Complementar e o Acordo Complementar como documentos sinônimos, através do estudo dos documentos,

foi percebido que eles têm funções diferentes. De modo geral, o ajuste complementar se refere à implementação de um projeto em específico, enquanto que o acordo complementar é uma extensão do Acordo Básico, que agrega novas normas e informações.

2.4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A ciência, tecnologia e inovação, segundo Silva (2007, p.17) são componentes transversais de várias atividades econômicas e sociais, e com isso vêm ganhando maior atenção nas agendas de política externa estatal. Com esta afirmação já pode ser percebida a existência de uma conexão entre CTI e relações internacionais, fator que será desenvolvido na subseção sequencial. Além disto, também serão relatadas as visões de Wagner e Skolnikoff quanto ao modo que a CTI afeta na soberania e projeção de poder do Estado.

2.4.1 Ciência, tecnologia e inovação e as Relações Internacionais

A importância da área de ciência, tecnologia e inovação vem crescendo ao longo da história na medida em que o comércio intensivo em tecnologia passa a configurar a maior parte do comércio internacional. Isso porque esses elementos são chave para o desenvolvimento e melhoria de produtos, o que afeta diretamente nos retornos econômicos dos Estados (SKOLNIKOFF, 1993). Cada um desses campos exerce uma função e realizam influências entre si.

Weiss (2005) explica que o primeiro desses elementos, a ciência, influencia as Relações Internacionais quando define novas agendas por meio de explicações de fenômenos que se tornam importantes para a sociedade internacional. Um exemplo clássico é a questão do meio ambiente e aquecimento global, que atualmente é um dos temas posicionados no topo da agenda internacional, que promove inúmeros debates e metas embasados nos conhecimentos científicos. O segundo elemento, a tecnologia, tem grande influência nas Relações Internacionais porque é responsável por desenvolver novos produtos. Este aspecto está atrelado à capacidade inovadora de um país, fator considerado importante na projeção do Estado no mundo. Por fim, as Relações Internacionais influenciam a ciência e tecnologia quando os Estados definem o tipo de

conhecimento e tecnologia que será difundida internacionalmente. Além disto, há programas governamentais que visam a captação de grandes pesquisadores para o desenvolvimento de conhecimento e tecnologias estratégicas. Quando isso acontece, o país de origem do pesquisador que não possui políticas que mantenha ou estimule este tipo de atividade, sofre com a fuga de grandes cérebros que poderiam estar produzindo para o benefício nacional, o que em última instância, afeta a posição em que o país irá ocupar no Sistema Internacional.

2.4.2 Influência da CTI na soberania do Estado

No campo de CTI há estudos recentes que apontam alguns efeitos desses elementos refletidos na soberania do Estado. Dois deles, e com visões antagônicas, são expostos nesta seção. O primeiro deles “Colaboração internacional em ciência e tecnologia: promessas e armadilhas” escrito por Caroline Wagner (2006), acredita que há uma erosão da soberania do Estado com o maior acesso à tecnologia e informação. Por outro lado, Skolnikoff (1993) escreve a obra “A transformação elusiva: ciência, tecnologia e evolução da política internacional” afirmando que a soberania do Estado se mantém, pois a forma que ocorrem as relações internacionais em sua essência não foi alterada.

Wagner (2006) acredita que, devido ao maior acesso à informação e à tecnologia da comunicação, os atores não estatais passaram a possuir um nível de poder e influência maior do que no passado. Com essa capacidade de muitas vezes forçar uma determinada reação dos Estados em assuntos específicos, entende-se que atualmente o poder do Estado foi diluído. O exemplo utilizado para refletir a sua ideia é a mudança dos principais temas da agenda política internacional, que antes eram prioritariamente de segurança e agora abrange temas como o das mudanças climáticas. Ela trata ainda das formas de pensar a guerra, dado a maior potência e alcance dos armamentos bélicos; e ainda, com o novo fluxo de informações, as opiniões da sociedade a respeito de determinados temas podem ser repensadas e melhor embasadas.

Skolnikoff (1993), em contrapartida, não entende que o modo como as relações internacionais são estruturadas foram mudados em sua essência, apesar de observar que de fato há um crescente aumento do papel dos atores não estatais no Sistema Internacional. A justificativa é a de que, da mesma forma em que a ciência e tecnologia pode proporcionar um aumento da importância dos atores não estatais, também oferecem

maiores opções ao Estado para manter ou aumentar o seu poder. As exceções, segundo ele, estão nas restrições à economia, que agora não aceita mais economias de comando centralizado, como foi União Soviética, por ser incapaz de sustentar empresas científicas e tecnológicas que produzem inovação, o que as impedem de ser competitivas, perdendo mercado. A segunda exceção é quanto à limitação da autoridade do Estado que, sob o resultado da proliferação de tecnologias de informação, permite que a população se organize em massa para gerar influências nas decisões políticas, forçando o governo optar pelo clamor público para não sofrer negativamente com as retaliações futuras, muitas vezes.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações apresentadas, é possível concluir que a cooperação internacional ocorre vislumbrando algum benefício de retorno, mas pode ter retornos negativos ou necessidade de ajustes em meio a barganha. Das duas visões das Relações Internacionais que falam da cooperação, a visão neorrealista entende que o Estado irá evitar se expor a vulnerabilidades, ou cooperar em algumas instâncias para a preservação de sua própria segurança e sobrevivência, ou, ainda, para diminuir o risco de declinar o seu poder relativo com possíveis prejuízos na cooperação. Entretanto, quando a partir da análise sob algumas óticas for observado que a partir da cooperação serão obtidos ganhos mútuos e que esses ganhos serão favoráveis, a cooperação irá ocorrer. Já na visão neoliberal, a cooperação ocorre quando: (i) há percepção de ganho; (ii) quando o que pode acontecer no futuro impulsiona a cooperação - o que pode ser um fator positivo ou negativo, como retaliações; e (iii) quando analisado o número de atores na cooperação não for identificado possíveis desertores e, se houver, a cooperação ocorre se existir a capacidade de punição.

Ou seja, a cooperação na visão neoliberal acontece também sob a análise de algumas óticas, mas agora, a perspectiva é mais positiva que a neorrealista, por acreditarem no poder das instituições e capacidades delas promoverem um ambiente propício para a geração de confiança.

Sob a ótica dos tipos de cooperação apresentados na terceira seção é possível classificar a cooperação entre Brasil e México em uma vertente horizontal, dado sua característica de cooperação Sul-Sul, já que se tratam de países em desenvolvimento.

Outro fator importante quanto a análise desta cooperação é o fato de o Brasil ser protagonista neste tipo de cooperação nas áreas de agricultura e saúde, que são os campos onde a cooperação entre estes dois países é mais forte, principalmente quando analisados os dados do século XXI, os quais serão apresentadas nos capítulos subsequentes.

Já na seção posterior, que trata dos tipos de acordos, sendo classificados como formais e informais, é visto que a principal diferença entre eles está na criação de legalidade entre as partes, que proporciona maior grau de segurança quanto ao cumprimento dos elementos acordados. Entretanto, apesar de ser mais segura, a cooperação formal é mais burocrática e lenta, o que dá motivos para que a cooperação informal seja acionada, visto que não apresenta estes tipos de barreira. E, novamente, tentando fazer uma conexão com a cooperação entre Brasil e México em ciência e tecnologia, o aspecto formal nessa relação é expressivo, se observada a quantidade de “ajustes complementares” decorrentes dos acordos-quadro. Como já mencionado, essas características são retratadas nos capítulos posteriores.

Por fim, a última seção tratou de apresentar brevemente a conexão existente entre a CTI e as relações internacionais e as visões a respeito dos impactos que estes elementos têm na soberania do Estado. Para isso, após a apresentação das ligações existentes, foram apresentadas duas visões a respeito da erosão da soberania estatal que, ainda que contrários quanto a soberania do Estado, é perceptível a convergência de ideias de ambos os autores quanto o aumento do papel dos atores não estatais no Sistema Internacional e a maior influência que podem exercer nas decisões políticas estatais. Assim, é notável a importância da CTI, visto que foi o fator impulsionador destas mudanças observadas.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E MÉXICO NO SÉCULO XX

Este capítulo se encarrega de descrever a relação bilateral entre Brasil e México ao longo dos anos até o final do século XX em diferentes aspectos, contextualizando ainda a assinaturas de acordos em ciência e tecnologia e mostrando a evolução da aproximação entre eles. Para isso o capítulo será dividido em quatro seções.

A primeira seção é destinada a relatar o estabelecimento das relações diplomáticas e o transcurso de acontecimentos formais entre Brasil e México, utilizando principalmente informações primárias e documentos oficiais na descrição. As informações referentes aos acordos assinados ao longo dos anos entre esses dois países foram retiradas da Concórdia (DAI/MRE). Não foi possível realizar uma comparação dos acordos utilizando a base de dados de atos bilaterais do México, pois ela não apresenta o acervo completo de atos internacionais. Ao realizar a busca dos tratados com o Brasil, a plataforma mexicana apresentava somente cinco documentos recentes referente a acordos na área econômica e automotiva.

A seção dois fará uma breve contextualização econômica não aprofundada, a fim de apresentar as áreas estratégicas e de interesse de cada país de acordo com o cenário da economia nos respectivos períodos de tempo.

A terceira seção descreve o acordo de ciência e tecnologia assinado em 1974 e as ramificações desse tratado que possuem o objetivo central a implementação do acordo básico por meio de projetos específicos em áreas estratégicas.

Por fim, a seção quatro é caracterizada por considerações pessoais da autora em termos de conexões das informações apresentadas nas seções anteriores.

3.1 O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E PRIMEIROS ACORDOS FIRMADOS

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE, 2017) Brasil e México dão início a conversas a respeito do estabelecimento de relações diplomáticas no ano de 1822, logo após o Brasil declarar a sua independência¹, mas é apenas em 1830

¹Nesta época o México já havia alcançado a sua independência, após cerca de oito anos de luta contra os colonizadores espanhóis. A data oficial da independência mexicana é a de 24 de agosto de 1821 após a assinatura do Tratado de Córdoba (ÁVILA et al, 2010).

que as relações diplomáticas são estabelecidas. No ano seguinte, o primeiro tratado é celebrado entre eles no que diz respeito à Aliança, Paz e Amizade.

Depois deste ato, não há registros nas bases de dados do governo brasileiro e mexicano a respeito de novos atos até o ano de 1918². Neste ano, dois acordos de caráter administrativo foram celebrados: uma para Permuta de Publicações Oficiais e outro para a Troca de Correspondência em Malas Especiais. Nenhum dos documentos que detalham o acordo está disponível na Concórdia. As únicas informações descritas são referentes à data de celebração e a vigência, sendo que ambos se encontram em vigor.

A instalação de embaixadas ocorreu em 1922. Neste momento os países passam a ter uma representação estatal no território estrangeiro com, entre outras, a função de se informar e transmitir informações ao país de origem a respeito de acontecimentos relevantes. Além disso, também assumiram negociações com o país hospedeiro em nome do Estado creditado (BRASIL, 1965).

A sequência de atos importantes entre esses dois países teve continuidade com a assinatura do acordo comercial em 1931. Este acordo foi de caráter provisório e realizado por meio de troca de notas. As quatro cláusulas acordadas neste documento eram relacionadas ao tratamento não menos favorecido de ambos os países em relação a outras nações estrangeiras, com exceção a vantagens concedidas a países limítrofes, dado aos objetivos existentes de fomento ao tráfico de fronteiras (ACORDO COMERCIAL ENTRE O BRASIL E O MÉXICO, 1931).

Este primeiro acordo temporário tinha a previsão de vigência de dois anos, enquanto as duas nações seguiam negociando os termos do acordo comercial permanente. Entretanto, com fim da vigência do acordo provisório, não tendo chegado ao final as negociações do acordo oficial planejado, outro acordo provisório precisou ser realizado. Porém, desta vez ficou estabelecido que o novo acordo provisório iria vigorar até o momento em que o acordo comercial permanente ficasse pronto, com os mesmos padrões.

Pelas análises dos acordos firmados entre esses dois países, o acordo provisório de 1936 vigorou até que o acordo de cooperação industrial fosse celebrado, em 1962. Não há nenhum outro acordo nesse meio tempo que tenha indícios ou citações da área comercial. Já o acordo de cooperação industrial ressalta o propósito de estimular as

²As bases utilizadas para a realização das buscas de documentos e informações oficiais entre esses dois países foram o próprio site do Ministério das Relações Exteriores na seção de países e entes com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas, além da nova plataforma de consulta de Atos Internacionais brasileiros: Concórdia. A fonte mexicana consultada foi o site oficial do governo do México.

relações econômicas entre os dois países e, para isso, criam uma série de disposições que constantemente fazem referência ao Tratado de Montevideú, tratando de mencionar a intenção de elevação do nível de comércio entre os dois países.

O Tratado de Montevideú, em uma breve descrição, é um documento firmado em 1960 por Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, retratando o estabelecimento de uma área de livre comércio entre estes países (TRATADO DE MONTEVIDÉU, 1960). Como já dito anteriormente, este Tratado é utilizado como base para a criação dos acordos subsequentes com ligações nas áreas comerciais, e, no que tange a cooperação industrial, o artigo 16 dá as diretrizes a serem seguidas neste acordo bilateral dos signatários Brasil e México. Neste artigo é enaltecido o objetivo de intensificação de integração e complementação das economias e, para isso, concordam em realizar esforços na promoção de coordenação de políticas de industrialização que gere entendimentos entre os representantes dos setores econômicos interessados, com a possibilidade de celebração de acordos complementares em setores industriais (TRATADO DE MONTEVIDÉU, 1960).

A década de 1960 é vista, segundo o embaixador mexicano Alfonso García Robles (1964), como um período promissor para essas nações. Uma das afirmativas para esta ideia é a de que, nesta ocasião, os dois países já haviam se desenvolvido na área de política externa, em comparação com o que foi no século anterior. Deste modo, o estreitamento dessas relações ocorreria de modo espontâneo dado o momento histórico que se encontravam. Além disso, o embaixador embasou sua ideia em uma manifestação feita pelo então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, San Tiago Dantas, que afirma que as relações entre Brasil e México estiveram reprimidas por muito tempo, mas que após a visita feita pelo presidente Lopez Mateos em janeiro de 1960 ao Brasil, se daria uma nova fase dinâmica da relação entre eles.

Se pensada a aproximação desses dois países em termos de aumento do número de acordos assinados, a manifestação feita por San Tiago Dantas a respeito do estreitamento de laços a partir da década de 1960 se confirma. Isto porque, até o ano mencionado, o número de acordos era de apenas 9, em áreas básicas, (Quadro 1) e este número cresceu bastante após 1960.

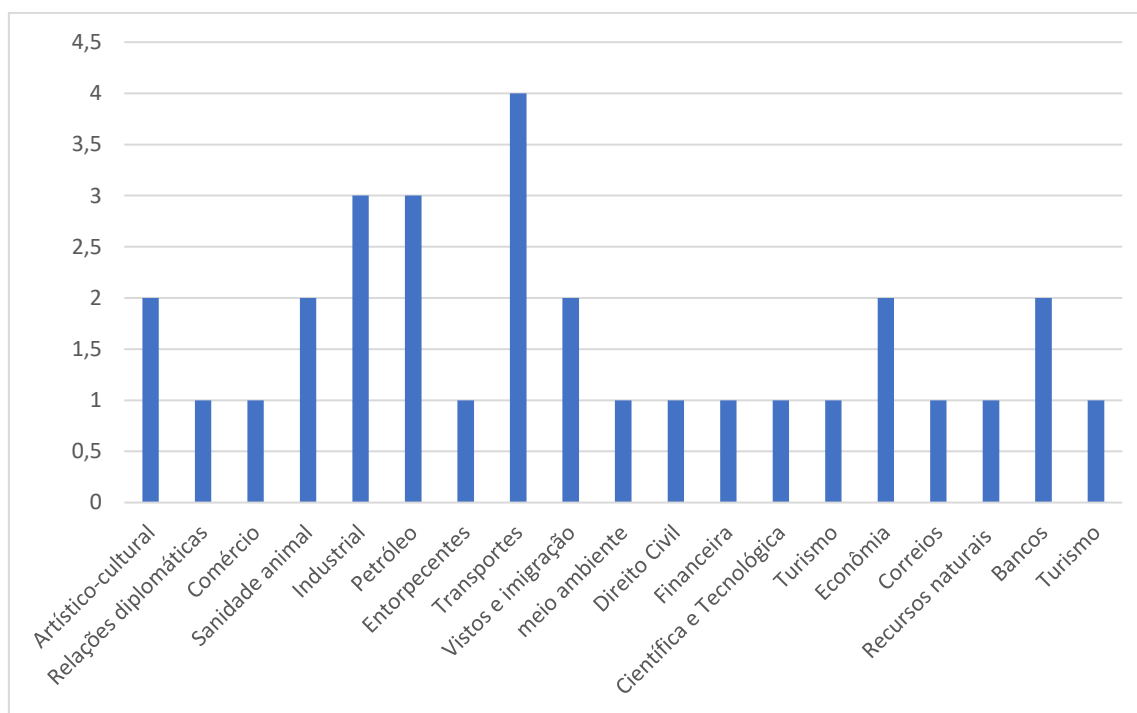
Quadro 2 - Acordos Bilaterais Brasil México no século XX até os anos 1960

Áreas	Artístico-cultural	Relações diplomáticas	Comércio	Extradição	Arbitragem
Número de acordos	2	3	2	1	1

Fonte: Adaptado de Concórdia: Atos Internacionais – A Autora.

Após os anos 1960, os compromissos por esses países têm um aumento considerável. O número dos acordos até 1999, ou seja, em quase quarenta anos, é de um total de 30 em áreas diversas, com prevalência dos acordos na área de transportes, indústria e petróleo (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Acordos Bilaterais entre Brasil e México de 1960 - 1999³



Fonte: Adaptado de Concórdia: Atos Internacionais – A Autora.

3.2 ÁREAS DE INTERESSE ESTRATÉGICO EM PERÍODOS ESPECÍFICOS

Trataremos de mencionar algumas características das economias brasileira e mexicana que possam contribuir para a contextualização de eventos que influenciavam as decisões políticas e de interesse desses países em períodos de tempo específicos. Os

³ Os documentos contabilizados nessa métrica foram os com nomeação de Acordo - com exceção dos acordos modificados - Tratado, Programa de Trabalho, Contrato e Convênio.

períodos escolhidos se baseiam nos anos em que México e Brasil firmaram acordos em ciência e tecnologia. O primeiro intervalo de tempo selecionado é prévio à assinatura do Acordo Básico em ciência e tecnologia assinado em 1974, que vai de 1968 a 1973, e ele foi escolhido por ter sido considerado o período onde houve o milagre econômico brasileiro. E para analisar o período correspondente no México, foi selecionado o intervalo que vai de 1964 a 1976, já que no México o mandato presidencial é de seis anos e, selecionando apenas um dos mandatos deixaria a análise incompleta. Entretanto, o período selecionado contemplou o ano de assinatura do Acordo Básico em ciência e tecnologia (1974). Assim, na sequência, o Governo Geisel que foi de 1974 a 1979 foi analisado, por estar no poder quando a assinatura do Acordo mencionado foi firmada. As últimas análises são dos períodos de 1980 a 1983 e 1997 a 1999, selecionados porque foram anos em que houve assinatura de projetos que colocavam o Acordo Básico em prática.

A descrição dos momentos políticos será feita de forma cronológica, de modo a intercalar os acontecimentos brasileiros e mexicanos. É importante ressaltar que as informações trazidas não são apenas as estritamente enquadradas nos anos selecionados, podendo apresentar dados de outras datas próximas que tenham conexão com o evento no momento descrito.

3.2.1 Contexto econômico brasileiro entre os anos 1968 e 1973

O primeiro período marcante prévio ao Acordo Básico em ciência e tecnologia assinado entre Brasil e México em 1974 é o compreendido entre 1968 a 1973, conhecido por ser o período onde houve o milagre econômico brasileiro. O milagre econômico é assim chamado por ser uma época em que altas taxas de crescimento foram atingidas em paralelo à diminuição das taxas de inflação. Nesse período também é observado o aumento nas taxas de crescimento das exportações e importações do país (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

A política deste período estava na maior parte do tempo sob o governo Médici (1969-1974). Neste governo, as metas foram desenhadas para atingir o objetivo de potencializar o poder do Brasil. Conforme é descrito no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970) essas metas implicavam a inserção do país no mundo desenvolvido no final do século. Por isso, o governo desejava atingir taxas de crescimento na economia de no mínimo 7% ao ano até 1973, um aumento anual de 0,5% de empregos,

e ainda que a inflação diminuísse em 10% ao ano. Além disso, uma das ideias propostas era a de consolidação da soberania na área de cooperação econômica, técnica e de transferência de tecnologia em relação à colaboração internacional (MARTINS, 1974)

Essas metas foram ultrapassadas. As taxas de crescimento alcançaram a marca de 11% ao ano, número bem superior ao que havia sido no governo anterior (4,2%). Além disso, a taxa da inflação ao final do período, declinou de 45,4% para 19,1%. As importações e exportações também apresentaram ótimos resultados, com o aumento em ambos de mais de 20% no total (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

No período também é criado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), um projeto que firmava as bases e metas para o aumento do desempenho nacional em todos os setores entre o período de 1972 a 1974. Dentre as metas estipuladas estava a de implementação de política tecnológica nacional, para que permitisse a aceleração de transferência de tecnologia e a construção de uma central nuclear; e os planos de investimento estariam voltados para áreas de infraestrutura, tal como siderurgia, petroquímica, transportes e energia (BRASIL, 1971).

Nesse período, em relação à política externa, o Brasil se mantinha mais alinhado aos interesses do Terceiro Mundo. Passa-se então a fazer alguns questionamentos que basicamente se voltam ao tema de manutenção do *status quo*, como por exemplo, a assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). O Brasil se voltou contra a assinatura deste Tratado por entender que isso tornaria o país dependente da tecnologia nuclear já desenvolvida pelas potências, podendo paralisar o desenvolvimento tecnológico de outros elementos nucleares destinados para fins pacíficos. Ou seja, os países detentores de armas nucleares até o momento da assinatura do tratado teriam o monopólio desta tecnologia, deixando os fortes ainda mais fortes, e os países que já não possuísem armas nucleares seriam impedidos de criá-las (MARTINS, 1974).

3.2.2 Os governos mexicanos de Ordaz e Echevaría: uma análise de 1964 a 1976

O período presidencial no México é de seis anos, por isso, na tentativa de encaixe e comparação com a época de milagre econômico brasileiro e o momento governamental de assinatura do tratado bilateral com o Brasil em ciência e tecnologia, foram eleitos os governos de Ordaz e Echevaría para uma breve análise.

O México em 1968 - época que se iniciou o milagre econômico brasileiro - estava sob o governo de Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970). O seu governo estava calcado no “modelo estabilizador” que tratava de promover a modernização da indústria, aumento de produtividade e competitividade internacional por meio da inclusão da tecnologia moderna. Indo em busca de estabilidade, este modelo impulsiona a produção de bens intermediários e fomenta os bens de capital. Este governo presenciou a última etapa vista como o auge econômico mexicano (SEMO et al, 1993).

Ainda que tenha apresentado bons números econômicos e defendido a ideia de que eram uma nação democrática, o mandato de Ordaz foi marcado por duras repressões às manifestações pacíficas realizadas por estudantes, que pediam maior liberdade e políticas sociais. Assim, as manifestações não eram motivadas pela situação econômica, que neste momento apresentava crescimento na produtividade, acompanhada de aumentos salariais e empregos; mas sim pela incapacidade do governo de gerir as mudanças sociais ocorridas pelo desenvolvimento econômico que vinha acontecendo no país, e por não revisar as condições de subordinação política que a população e organizações deveriam se sujeitar. Logo, um governo autoritário foi percebido, e sua forma de reação a protestos pacíficos de estudantes e professores de classe média, contrários a essa forma de atuar, era por meio de duras repressões que inclusive causaram centenas de mortes no episódio conhecido por massacre de Tlatelolco (CAMPOS, 2004). Essa resposta agressiva era vista como uma forma de defender os interesses econômicos - que tinha muita influência do setor privado⁴ - na intenção de manter o *status quo*. O governo favorecia apenas algumas camadas da sociedade e não promovia condições de igualdade (BASANEZ, 2004).

⁴No México há um grupo de empresários de grande poder econômico, denominado *Consejo Nacional de Hombres de Negocios*, que são um órgão de ação política nascido na década de 1960 que contribuiu para a legitimação do governo então vigente de Adolfo López Mateos e colaborou na centralização de poder resultante. Até os dias atuais este grupo exerce muita influência sob as decisões do governo (RIVERA, 2000).

Basañez (2004) ainda ressalta o prestígio que tinha o governo mexicano nas áreas financeiras e de negócios, não somente dentro do país como internacionalmente; e que tinha, nas bases desse o prestígio, o crescimento econômico e a solidez monetária. Neste período, segundo um relatório da Revista Interactiva Banco de México (MÉXICO, 1969), a economia estava orientada para a expansão das exportações mexicanas, de modo a reduzir o déficit na balança comercial. Ainda nestes planos estava a decisão de importação seletiva de produtos que fossem capazes de agregar valor na planta produtiva do país. Em relação às áreas de impacto na balança de pagamentos, o setor do turismo era o mais destacado.

O governo seguinte, de Luis Echeverría (1970-1976), tratou de criar canais de comunicação com setores sociais que realizaram reivindicações. Esse modo de governar ia contra algumas pessoas influentes no México. O que Echeverría mais prezava em sua campanha era a promoção de melhorias nas condições sociais, políticas e econômicas. Para isso ele propunha a reconciliação com estudantes e professores por meio do apoio à educação, na tentativa de recuperar a legitimidade do Estado (BASAÑES, 2004); Além de investimentos na área da educação, o governo Echeverría também fez grandes investimentos na área da saúde. O setor nesta época que não apresentava bons números era o da agricultura, visto que a produção era menor do que o crescimento demográfico, acompanhado do crescimento da migração populacional do campo para os centros urbanos (CAMPOS, 2004).

O modelo econômico da primeira parte deste governo era conhecido por “*desarrollo compartido*”. Neste modelo, o governo pratica políticas para beneficiar a classe mais baixa da população, além de promover aumento dos salários. Com maiores gastos do governo houve um aumento da dívida pública e aceleração da inflação. Nesta época há a preocupação de desenvolver áreas consideradas estratégicas para o país, que englobavam a energia, petroquímica, aço e fertilizantes. Entretanto, todos esses esforços não conseguiram alcançar de fato melhorias econômicas para o país (ALFARO, 1979).

3.2.3 O governo Geisel: 1974 a 1979

Seguindo a cronologia de anos, no momento em que é assinado o Acordo Básico em Ciência e Tecnologia, em 1974, o Brasil estava sob um contexto diferente do governo

Médici. Sob o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) o otimismo referente ao crescimento do país que o transformaria em grande potência foi afetado por algumas dificuldades. Essas dificuldades foram levadas em conta na criação do novo projeto governamental, que visava um retorno progressivo ao modelo democrático de governo. Dentre os obstáculos ocorridos, o primeiro choque do petróleo⁵ e a impossibilidade brasileira de acesso aos centros de decisão do sistema financeiro internacional fez com que fosse percebido que o país estava longe de ser uma potência internacional (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993).

Em meio a esse cenário, foi lançado o segundo PND, priorizando os setores da metalurgia e petroquímica dada a gravidade do problema energético que estava ocorrendo naquele momento. A saída encontrada para que estes setores - que eram consideradas chaves para o desenvolvimento do país - operassem naturalmente era por meio de incentivos fiscais ou financiamento. Além dos campos mencionados, a siderurgia, a área de fertilizantes e outros campos que envolvessem metais não ferrosos também foram incentivados (CASTRO; SOUZA, 1985).

Com a crise do petróleo o governo tinha opção de realizar um ajuste, de forma a desacelerar e habituar a economia aos padrões vigentes - como fizeram muitos países em desenvolvimento na época - ou praticar o financiamento. O Brasil optou pelo financiamento por acreditar que a crise era passageira e assim arriscou um crescimento por meio de contração de dívidas com bancos internacionais (CASTRO; SOUZA, 1985). Muitos dos créditos contraídos internacionalmente por empresas estatais permitiram que o apoio financeiro feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) fosse direcionado quase que em sua totalidade aos capitais privados. Com isso muitos créditos foram destinados para a agricultura, indústria exportadora e pequenas e médias empresas (CRUZ, 1995).

Em termos de política externa, o governo Geisel foi marcado pelo estreitamento das relações com os países do Sul. Essa aproximação com os países do Terceiro Mundo diversificava a inserção internacional do Brasil, diminuindo a dependência dos países do Norte. Entretanto, apesar de haver essa aproximação, não ocorreu um alinhamento total

⁵O primeiro choque do petróleo em outubro de 1973 é caracterizado pelo aumento do preço do barril de petróleo, que de US\$3 passou a US\$11 em média, afetando as economias de todo o mundo. Esta foi uma forma encontrada pelos árabes de gerar uma consciência moral em relação ao conflito que estava acontecendo com Israel, já que as Organizações Internacionais não estavam se manifestando. Para que o plano de desenvolvimento não fosse afetado por causa desta crise energética, o Brasil passou a se aproximar do Oriente Médio (SANTANA, 2006).

com a agenda do Sul. Um exemplo disto é a não participação do Brasil como membro pleno do Movimento dos Não-Alinhados (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

3.2.4 Orientação da política brasileira e mexicana nos anos de 1980 a 1984

No período de 1980 a 1983, o Brasil passava por um desequilíbrio na balança de pagamentos e, com o segundo choque do petróleo em 1979, precisou realizar empréstimos junto ao FMI afim de quitar as dívidas contraídas durante o milagre econômico (SANTANA, 2006). Já não havia mais disposição por parte dos credores internacionais em realizar um financiamento sem que isso demandasse altos custos internos. Assim, de 1980 a 1984 a política macroeconômica foi guiada pela disponibilidade de financiamento internacional. Com o financiamento restringido, o governo anunciou em meados dos anos 1980 cortes no orçamento público. Entretanto, as áreas vinculadas à exploração de petróleo, energia, transporte continuaram recebendo investimentos e ainda foram classificadas como áreas prioritárias no terceiro PND (CARNEIRO; MONDIANO, 1990).

Em 1982 o mundo estava em recessão. O Brasil teve uma queda em suas exportações que alcançou a marca de 3 bilhões de dólares a menos que no ano anterior. A economia, em geral, ficou praticamente estagnada, com o crescimento de apenas 1,1%. Um evento que afetou diretamente o país esse cenário foi a moratória declarada pelo México em 1982 (CARNEIRO; MONDIANO, 1990), já que isso afetou a viabilidade e confiança para novos empréstimos aos países emergentes (MURTA; BRASIL; SAMOHYL, 2003).

Assim como o Brasil, diante da crise o México buscou uma saída através do FMI e no Banco Mundial. No começo do governo de Miguel de la Madrid (1982-1988) foi pedida uma reestruturação da dívida à comunidade financeira internacional e, sob a supervisão do FMI e o Banco Mundial, o México precisou se comprometer a ajustar as suas taxas de câmbio, reduzir as tarifas de importação e o déficit orçamentário e colocar limites nas taxas de expansão de crédito. Em relação ao orçamento do país, o México vendeu uma série de empresas estatais para que as contas públicas fossem equilibradas (ALCÁNTARA, 2008).

Em dezembro de 1982, foi criado o *Plan Nacional de Desarrollo* (PND), cujos objetivos foram pensados levando em conta uma pesquisa realizada com a sociedade mexicana e a realidade em que o país se encontrava no plano econômico naquele

momento. O resultado de todo esse trabalho expressou uma série de intenções de ações e investimentos, com destaque para o fomento à agroindústria, impulso ao desenvolvimento da petroquímica, aproveitamento do gás natural extraído das zonas produtoras do país e, ainda, prometeram considerar o desenvolvimento tecnológico como uma área prioritária e estratégica para o país (MÉXICO, 1983).

Em termos estruturais, a situação econômica dos Estados Unidos afetava Brasil e o México. Isto porque grande parte dos produtos exportados por esses dois países tinha o território norte-americano como destino final e, devido à crise mundial e à condição econômica americana, o comércio entre esses países diminuiu grandemente. A crise americana havia se instaurado a partir da ascensão de novas economias, como a da Alemanha e Japão. Utilizando a sua influência e poder, os americanos reverteram a situação em favor da recuperação de sua economia. Ao assumir o governo em 1981, o presidente Ronald Wilson Reagan percebeu que o maior problema americano era o tamanho desproporcional do Estado, com um nível alto de impostos e um estado previdenciário inflado, que acabava desestimulando o trabalho, a poupança e o investimento. Na tentativa de sanar esta questão, o presidente diminuiu a cobrança de impostos, mas não o de gastos do governo, o que causou um déficit na balança de pagamentos. Para lidar com este déficit, o governo pediu empréstimos ao Japão, que se tornou o maior credor internacional, enquanto os Estados Unidos, o país mais endividado (GILPIN, 2005).

Segundo Tavares (1985) essa crise também tinha forte relação com o sistema bancário privado que operava totalmente fora do controle dos bancos centrais. O que mais afetava os americanos era o fato de que filiais transnacionais estavam atuando sob divisões regionais de trabalho intrafirma, o que provocava um aumento da concorrência intercapitalista que era desfavorável ao interesse estadunidense. Assim, os Estados Unidos começaram a reverter essa situação instaurando uma divisão internacional do trabalho ao seu benefício, se colocando como centro tecnológico dominante, por meio de fortes investimentos no setor terciário e em novas tecnologias. Esse investimento maciço foi feito com crédito de curto prazo e endividamento crescente. Outro ponto a ser ressaltado é o empenho empregado à restauração da valorização do dólar, por meio da diplomacia do dólar forte.

No final de 1983 os Estados Unidos estavam conseguindo recuperar a sua economia e isso, juntamente a fatores da conjuntura como a queda internacional do preço do petróleo, queda no salário real e a recessão brasileira, contribuiu para que o Brasil

conseguisse atingir as metas colocadas pelo FMI e gerar um superávit comercial de 6,5 bilhões de dólares, o que superou a meta estipulada em 10% (CARNEIRO; MONDIANO, 1990).

3.2.4 O contexto econômico brasileiro de 1997 a 1999⁶

O Brasil nestes anos estava sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que teve seu primeiro mandato marcado por um contexto de crises internacionais, a crise asiática em 1997 e a crise russa em 1998, que arrastaram o país a uma crise cambial em 1999 (WERNECK, 2015).

A primeira delas envolveu cinco países da Ásia -Coreia do Sul, Tailândia, Indonésia, Malásia e Filipinas – e ocorreu por vulnerabilidade financeira e endividamento e concessão de crédito, assim como a proporção da dívida externa daqueles países. Sob este cenário, ocorreu uma fuga de Investimento Externo Direto (IED) que, imerso no mundo globalizado, provocou efeitos negativos nos demais países do mundo dada as conexões existentes entre essas nações. Isso também aconteceu na crise russa do ano seguinte. Dentre as características comuns desses países em relação à crise, estava a questão da desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar. O efeito dessa crise financeira não tardou a se tornar uma crise econômica causando a diminuição do Produto Interno Bruto(PIB) (CREPALDI; BASTOS; SILVA, 2011).

O impacto dessas crises no Brasil se deu pela exposição e vulnerabilidade do país em relação ao mercado de capitais internacional. Assim, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que de 1995 a 1998 lançava políticas com o esforço de estabilização, precisou mudar algumas delas devido aos desequilíbrios ocorridos. Deste modo, a política de câmbio, que era fixa, passou a ser flutuante com a mediação do Banco Central; o regime monetário de bandas cambiais foi substituído por um sistema de metas inflacionárias; e o regime fiscal, direcionado a um grande superávit primário para promover uma estabilidade entre dívida pública e PIB. Em relação a áreas de interesse de investimento deste governo, não havia nenhum setor posto como prioritário, dado que o principal objetivo do momento era a realização de ajustes na economia para mantê-la estável. O que havia era intenções de promoção de condições para o investimento e crescimento econômico (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003).

⁶ Dado que nos anos entre 1985 e 1996 não houve assinatura de acordos entre Brasil e o México, este período de tempo não foi analisado.

Em relação à crise de 1999, Murta, Brasil e Samohyl (2003) ressaltam que:

A opinião de acadêmicos e analistas sobre o evento em pauta tem convergido para essa visão, qual seja: a causa primária da crise brasileira está associada à deterioração dos fundamentos econômicos, em particular a apreciação cambial e os déficits em transações correntes, bem como o aumento da dívida pública em nível bastante elevado. O irromper da crise, por outro lado, teve como fator desencadeador a crise da Rússia, que exacerbou a desconfiança dos investidores internacionais com respeito aos mercados emergentes (MURTA; BRASIL; SAMOHYL, 2003, p. 435).

Em termos estruturais, o Brasil tinha uma política regional mais assídua em comparação com os governos anteriores. Neste período o Mercado Comum do Sul (Mercosul) já estava em pleno funcionamento, fomentando o fortalecimento das relações comerciais com os países do Cone Sul, em especial com a Argentina. Neste período as negociações multilaterais eram prioritárias, pois eram vistas com maior probabilidade de ganho do que as relações bilaterais. Outro importante evento brasileiro é a assinatura do Tratado de Não Proliferação (TNP) em 1997. O motivo para a mudança de postura foi justificado pela mudança sofridas pelo Tratado, que de um meio de congelamento de poder vinha se tornando um mecanismo de progresso em direção ao desarmamento e não-proliferação (LAMPREIA, 1997).

A relação bilateral com o México, em específico, no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso foi afetada pela adesão do México ao North American Free Trade Agreement (Nafta), cujos interesses eram mais voltados à conquista do mercado americano (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

3.2.5 O contexto econômico mexicano de 1997 a 1999

Nos anos de 1997 a 1999, o México estava sob o governo do presidente Ernesto Zedillo (1994-2000) e apresentava números positivos em sua economia. De acordo com Informe Anual (MÉXICO, 2000), em 1997 o PIB atingiu a taxa mais alta em quase duas décadas, de 7%, devido à expansão interna da demanda e maior dinamismo nas exportações. As políticas fiscais e monetárias também foram eficazes na diminuição dos efeitos da crise asiática. No ano seguinte, o crescimento econômico se manteve em 4,8%. A importação e a exportação apresentam bons índices de crescimento, e, entre os países em desenvolvimento, foi o que mais atraiu IED (MÉXICO, 1999). Já em 1999 um conjunto de fatores culminou para que novamente o México apresentasse bons números: o fato de os países asiáticos estarem se recuperando da crise, de haver um aumento do

preço do petróleo, pela crise brasileira de 1999 surtir efeitos pequenos na nação mexicana e a economia dos Estados Unidos estar em crescimento(MÉXICO, 1999).

O interesse estratégico do México, colocado no *Plan Nacional de Desarrollo 1995-2000*, destaca as interações com os Estados Unidos, seu principal parceiro econômico. Com ele tinha intenções de ampliar a cooperação financeira, comercial e científica e tecnológica, promover iniciativas contra o tráfico de drogas, armas e pessoas, assim como aprimorar os métodos de proteção ambiental. Em relação à América Latina, o México ressaltava a intenção de estreitar os laços de cooperação com Brasil e Argentina, tal como o fortalecimento do diálogo político com o Chile, o apoiando na entrada do Tratado de Livre Comércio (MÉXICO, 1995).

3.3 OS ACORDOS NA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA ENTRE BRASIL E MÉXICO

Em relação à área de ciência e tecnologia, o Acordo-Básico que estabelece a intenção formal de cooperarem nesta área foi assinado no ano de 1974. Na verdade, neste primeiro momento o termo “tecnologia” ainda não aparece explicitamente. Este termo e áreas específicas de interesse na cooperação aparecem somente no Acordo Complementar de 2002. Neste primeiro momento, o que o Acordo Básico faz é reconhecer as vantagens de estreitamento de laços para o desenvolvimento de recursos humanos e materiais e prever o estabelecimento de ajustes complementares para o melhor detalhamento dos projetos que colocam o referido acordo em execução. Dentro do campo de possibilidades de modalidades de ação, está incluso a criação de conferências, programas de capacitação de pessoal, programas de intercâmbio estudantil, assim como o intercâmbio de informações, prestação de serviços, ficando ainda em aberto a possibilidade da criação de outras modalidades que fossem convenientes para ambas as partes.

Neste primeiro ano de cooperação, pouco foi percebido de avanços para a implementação do acordo. Fazendo a análise de todos os documentos em 1974 na área de ciência e tecnologia, é visto apenas um acordo sobre a designação dos órgãos responsáveis pela execução dos programas decorrentes do Acordo Básico, com vigência pendente; um acordo para estabelecer programas de intercâmbio entre jovens técnicos; e ainda uma troca de notas referente à decisão da data e local da primeira reunião da comissão mista Brasileiro-Mexicana de cooperação técnica e científica, como mostra o Quadro2 abaixo.

Quadro 3 - Acordos em ciência e tecnologia assinados em 1974 entre Brasil e México

Nome do Acordo	Ano	Vigência
1- Acordo sobre a Designação do Órgão Executor dos Programas Decorrentes do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos	1974	Pendente
2- Acordo para Estabelecer um Programa de Intercâmbio de Jovens Técnicos	1974	Em Vigor
3- Acordo, por Troca de Notas, sobre Data e Local da Primeira Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Mexicana de Cooperação Técnica e Científica.	1974	Expirado

Fonte: Adaptado de Concórdia Atos Internacionais – A Autora.

Todos os acordos acima fazem referência ao Acordo-Quadro, mas em comparação com os outros documentos assinados em anos posteriores, não assumem título e estrutura padrão. Em outras palavras, documentos que possuem a mesma característica estrutural recebem nomes diferentes. O Acordo 1, mostrado no quadro acima, segue a estrutura escrita do Acordo 3 por troca de notas. Já o Acordo 2 segue a estrutura de um documento do tipo ajuste complementar. Uma ressalva fica para o Acordo 2, que não é chamado de ajuste complementar, ainda que tendo toda a estrutura para tal.

Os acordos que se seguiram até o final do século XX foram poucos. Houve um total de oito acordos e, entre eles, é notável a não menção explícita da área de atuação na maioria deles (Quadro 3). É visível também que se seguiu a inexistência de padrão na nomeação dos acordos. Por meio da análise de cada um dos acordos, nota-se que alguns deles, que deveriam ter a função de implementação do acordo-quadro, dando detalhes ou citando dados de algum projeto específico, não cumprem este quesito. Isso pode ser observado no Ajuste Complementar realizado em 1999, em que a área de atuação e objetivo não são definidos. O que esse ajuste faz é reafirmar a importância das trocas realizadas entre os dois países, sem apresentação de nenhum projeto a ser implementado.

Sobre os outros acordos, o Programa de Cooperação criado em 1980, que não chegou a entrar em vigor, seguiu um padrão de ajuste complementar. A troca de notas realizada em 1980 não era clara nas informações apresentadas. O memorando de entendimento, também sob a estrutura que de modo geral se aplica ao ajuste complementar, apresentou muitos detalhes sobre os projetos na área siderúrgica. Por

último, os outros ajustes complementares se enquadravam nos moldes padrão deste tipo de documento, ou seja, detalham a área em que irão cooperar e as formas de implementação do projeto.

Quadro 4 - Acordos em ciência e tecnologia de 1976 a 1999⁷

Tipo de acordo	Ano	Área	Favorecido
Convênio Complementar	1976	Pesquisa científica e tecnológica	Ambos os países
Programa de Cooperação	1980	Não especificada	Ambos os países
Troca de Notas	1981	Não especificada	Ambos os países
Ajuste Complementar	1983	Econômica	Ambos os países
Memorando de Entendimento	1983	Siderúrgica	Ambos os países
Ajuste Complementar	1997	Agrícola	Ambos os países
Ajuste Complementar	1999	Não especificada	Ambos os países
Ajuste Complementar	1999	Estatística	Ambos os países

Fonte: Adaptado de Concórdia Atos Internacionais – A Autora.

Como pode ser observado, nenhuma área neste momento apareceu com mais frequência, ou seja, não houve a assinatura de documentos em maior quantidade em uma área específica em relação a outras. Nesses primeiros acordos também pode ser percebido que os projetos criados possuem a intenção de benefício mútuo. Nenhum acordo menciona diretamente a transferência de conhecimento de um para o outro, senão que promovem a interação de ambos os países, com o objetivo principal de realizarem trocas de conhecimento e informações para que cada lado possa absorver e evoluir com as trocas realizadas.

⁷No Quadro 3 acima, a colocação dos dados foi pensada para a simplificação na observação de dados. Os tipos de acordo foram colocados conforme suas próprias nomeações nos documentos oficiais, salvo a troca de notas e o memorando de entendimento. A classificação foi retirada das observações dos acordos na base oficial do governo brasileiro, a Concórdia. A área do acordo, ou seja, um subcampo dentro da temática de ciência e tecnologia, foi classificada de acordo com a descrição realizada em cada documento. Entretanto, nem todos os documentos fizeram essa menção explícita. Os acordos que não especificaram a área, de modo geral, citavam a intenção de cooperação em mais de uma temática, similar à estrutura do acordo complementar.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados é visível o estreitamento das relações entre Brasil e México ao longo do tempo. Assim como apresentado na primeira seção, antes dos anos de 1960 a relação era tímida, tratando apenas de áreas básicas como o de comércio e de regulamentações das relações bilaterais. Viu-se ainda dois acordos na área de cultura, e outros dois de extradição e arbitragem, que totalizam um número de 9 acordos e expressam a pouca proximidade entre eles.

A partir dos anos 1960, se analisado o aumento da assinatura de acordos, pode-se afirmar que há uma maior aproximação de Brasil e México. O aumento é calculado em uma proporção três vezes maior do que havia sido no período anterior. Dezesesseis novas áreas de cooperação aparecem, com maior destaque para o setor de transporte, indústria e petróleo.

O grande interesse dessas duas nações em cooperarem nessas áreas está calcada no contexto econômico em que passavam. Nos anos de 1970 Brasil e México tinham interesses similares colocados como prioridades nos planos políticos para o desenvolvimento. O Brasil, sob o governo Médici, cria o primeiro PND cujas metas eram de investimento em siderurgia, transportes, energia e indústria petroquímica. Também é destacável o interesse na transferência tecnologia e exploração do urânio para e instalação de uma central nuclear (BRASIL, 1971). Do lado mexicano, sob o governo de Echeverría em 1970, o governo promoveu maiores investimento em educação e saúde para tentar amenizar os problemas sociais exaltados no governo anterior de Ordaz. Entretanto, o governo ainda tinha a preocupação de desenvolver as áreas de energia, aço, fertilizantes e a petroquímica (ALFARO, 1979). Assim, podemos perceber que esses governos têm interesses convergentes no que tange ao desenvolvimento petroquímico e de energia, áreas em que a cooperação foi realizada após a década de 1960. Além disso, não tendo sido colocada como prioridade do governo mexicano, a cooperação em transportes ocorreu entre essas duas nações, colocando em prática o desenvolvimento de uma área de interesse do governo Médici.

No momento em que foi assinado o supracitado acordo de ciência e tecnologia entre Brasil e México, o mundo passava por uma crise iniciada pelo choque do petróleo, o que chamou a atenção desses dois países para as áreas de metalurgia e petroquímica. Todavia, entre estes dois Estados, a cooperação nesta área não ocorreu.

Em ciência e tecnologia, os projetos implementados compreendiam as áreas de pesquisa científica e tecnológica, agrícola, siderúrgica e estatística até o final do século XX. Pôde ser percebido que o número dos acordos foi tímido em comparação com o número de acordos que foram firmados no século seguinte, fato que será melhor detalhado no capítulo seguinte. Entretanto, até o final do século XX as economias brasileira e mexicana passaram por turbulências que fizeram com que os governantes mantivessem cautela nos investimentos.

Na década de 1980 os dois países estavam endividados com o FMI, reflexo do segundo choque do petróleo ocorrido em 1979 que forçou essas nações a pedirem empréstimos para equilibrarem a balança de pagamentos. Com esses novos financiamentos os países precisaram realizar ajustes econômicos e restringir o financiamento. O governo brasileiro anunciou cortes no orçamento público, mas manteve vivo o investimento destinado a exploração de petróleo, energia e transporte (CARNEIRO; MONDIANO, 1990). No México, os ajustes macroeconômicos foram realizados e seus interesses voltados para o fomento da agroindústria, petroquímica, exploração de gás natural e desenvolvimento tecnológico (MÉXICO, 1983). Assim, novamente nos deparamos com o interesse de ambos os países no campo do petróleo.

Os projetos em ciência e tecnologia implementados na década de 1980 não seguem a linha de interesses prioritários dessas nações neste período. De 1980 a 1983, dos quatro documentos existentes no campo da cooperação em questão, três representavam a cooperação na área siderúrgica, econômica e de pesquisa científica e tecnológica. Um deles era uma troca de notas que não mencionava o subcampo da cooperação.

Já no final da década de 1990, Brasil e México estavam em situações um pouco distintas quanto a economia. No Brasil, dada a vulnerabilidade em relação ao mercado de capitais, as crises asiática e russa causaram grandes impactos que culminaram na crise brasileira em 1999 (MURTA; BRASIL; SAMOHYL, 2003). Assim, os interesses brasileiros eram organizar a economia para mantê-la estável e então criar condições para o investimento e crescimento econômico (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003). O México nesse período apresentava bons números na economia. Nesse momento de crises internacionais o México teve um conjunto de fatores favoráveis que permitiram que o crescimento da sua economia acontecesse. Neste período ele já era membro do Nafta e a economia americana estava em crescimento, o que influenciou um maior dinamismo nas

exportações, tal como na expansão da demanda interna, e o resultado dos bons índices atraiu maior investimento externo (MÉXICO, 2000). Para a análise dos interesses nacionais mexicanos, foi avaliado documento oficial a respeito do Plano Nacional de Desenvolvimento desse país. Este documento não explicitou áreas gerais de interesse que pudessem ser voltadas para todos países. Em outras palavras, o plano apresentava objetivos não muito claros para cada região. Em relação à América Latina, é destacado o interesse de estreitamento de laços com o Brasil e Argentina, mas não aponta nenhum campo específico de atuação.

Em relação a cooperação em ciência e tecnologia no final dos anos 1990, Brasil e México assinaram dois ajustes complementares na área agrícola e estatística. Também houve um terceiro ajuste complementar em 1999, que não identificou uma área específica.

Deste modo, é possível concluir que as áreas escolhidas sob a égide de cooperação em ciência e tecnologia não seguiram o interesse nacional dos países em seus respectivos períodos de tempo. Isso porque, dentre os atos decorrentes do acordo quadro, nenhum tinha relação com as principais áreas de interesse nacional em cada momento específico.

E em relação a esses projetos, é importante ressaltar que os tipos de documentos utilizados para dar seguimento ao Acordo-Quadro variaram e não possuíam padronização em sua estrutura. Foi possível observar, por meio da análise dos documentos, que as trocas de notas e o memorando de entendimento seguiam a estrutura de um ajuste complementar. Além disso, houve ajuste complementar que, apesar de ter o objetivo formal de apresentar um projeto a ser implementado, não executou esta função.

4. A COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E MÉXICO NO SÉCULO XXI

Este capítulo tem o objetivo de fazer uma análise dos acordos firmados entre o Brasil e o México entre os anos de 2001 a 2015, com ênfase nos acordos em ciência e tecnologia e os organismos responsáveis pela implementação desses acordos. Para tanto, este capítulo será dividido em quatro seções. A primeira delas irá se encarregar de apresentar os acordos assinados entre esses dois países de modo geral, ou seja, sem a especificação de uma área determinada.

A segunda seção tratará de todos os ajustes complementares em ciência e tecnologia, sistematizando-os por áreas e anos da assinatura. Dentro desta seção haverá duas subseções, uma relatando os organismos que mais receberam algum tipo de contribuição para o desenvolvimento de capacidades, que chamaremos de organismos beneficiados; e a outra subseção ficará a cargo de apresentar os organismos que mais assinaram acordos nos anos propostos de análise.

A terceira seção, seguindo a linha de análise do capítulo anterior, irá apresentar alguns elementos que marcaram os governos mexicano e brasileiro nos anos de 2009 e 2012. Estes anos foram selecionados, especificamente, pois foram os anos em que os dois países mais assinaram acordos de cooperação em ciência e tecnologia. O objetivo é entender um pouco do cenário econômico e as linhas gerais de ação.

Por fim, a última seção irá fazer um apanhado das informações trazidas, fazendo uma breve conclusão do cenário de cooperação destes dois países no século XXI.

4.1 ACORDOS FIRMADOS DE 2001 A 2015

É difícil realizar uma comparação em relação ao número de acordos firmados nos primeiros anos do século XXI com os acordos registrados no século anterior, visto que ainda estamos no início deste século. Além disso, diferentes variáveis podem incidir no número e complexidade dos acordos, ou até mesmo, e retomando a afirmação de Alfonso García Robles (1964), os países avançam em seu estágio de desenvolvimento político ao longo do tempo, o que afeta diretamente neste ato.

Entretanto, realizando uma análise superficial, é possível perceber que poucos acordos-quadros foram assinados neste período, e a forma em que eles foram estruturados também difere do padrão utilizado no século anterior. Até o ano de 2015, um total de seis acordos foram assinados, sendo que nenhum deles provocou ajustes complementares ou qualquer outra ramificação de documento. Na verdade, nenhum dos acordos previa a criação deste tipo de documento para implementação do Acordo Básico. Uma das características distintas em relação aos acordos do século anterior é o de haver um grande detalhamento no próprio acordo-quadro a respeito de como será o acordo e de, inclusive, explicar o que cada termo do acordo significa. Este nível de detalhamento deixou os acordos com o tamanho até quatro vezes mais extenso em comparação aos acordos até o ano de 2001.

Esse perfil de documento bem detalhado não ocorreu com todos os acordos. Nos acordos na área organizacional e na área de atividades remuneradas esta característica não foi observada. O acordo na área organizacional é um acordo geral, que afirma a necessidade de ampliar os acordos bilaterais entre os dois países de modo a abarcar novas modalidades de cooperação. Na sequência este acordo cita diversas áreas em que desejam ampliar essa cooperação, sendo assim um documento mais para a reafirmação de laços do que para o ato final de cooperação em um tema específico. O segundo acordo que não apresenta grande detalhamento. Ele diz respeito à área de atividades remuneradas, e basicamente trata da aceitação de ambos os lados da possibilidade de que membros das famílias de diplomatas e consulares possam exercer atividades remuneradas. Segue abaixo o QUADRO 1 que mostra as áreas em que os acordos foram realizados.

QUADRO 1 – Acordos Gerais Firmados entre 2001 e 2015

Acordos firmados entre 2001 e 2015						
Área	Econômica	Transporte	Fiscal	Organizacional	Jurídica	Atividades Remuneradas
Número de Acordos	1	1	1	1	1	1

Fonte: Adaptado da plataforma Concórdia – A autora

Destes seis acordos, apenas quatro estão em vigor. Os dois últimos acordos elaborados em 2015, o de cooperação econômica e o de transporte aéreo, ainda estão em

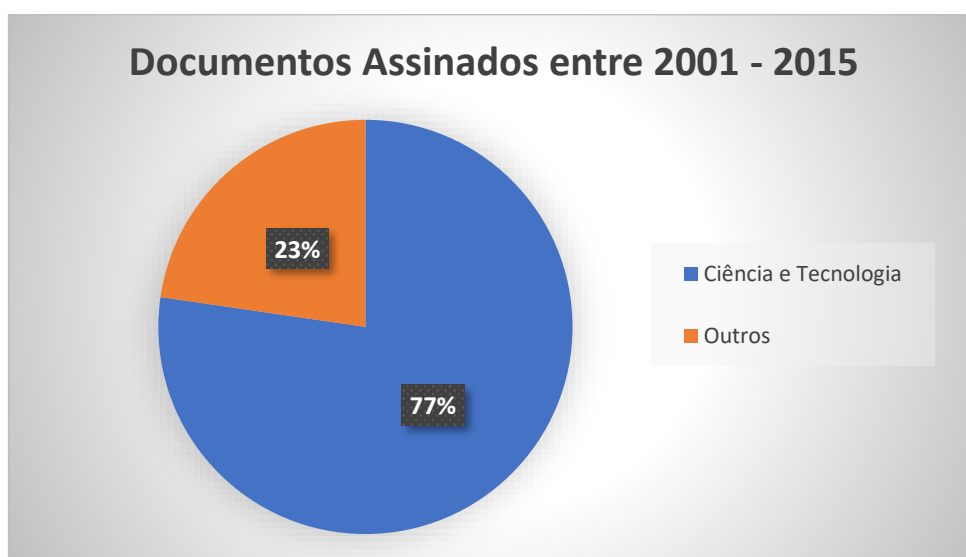
processo de ratificação. Ainda é importante ressaltar que os documentos levados em consideração no momento do cálculo foram todos com titulação de ‘Acordo’, excluindo-se assim, uma troca de notas e outro memorando de entendimento, que inclusive, não tinham relação com esses acordos no quadro listados.

Também foi possível observar que, diferentemente do que ocorria com os documentos do século anterior, os novos acordos seguem padrões na titulação e estrutura em que é elaborado. Ou seja, os documentos com característica de um acordo são agora chamados pelo nome correto, não mais por Convênio, Tratado ou nomes afins. O que foge de padrões é a denominação das áreas, que será melhor detalhado na próxima seção.

4.2 RELAÇÃO DE ACORDOS FIRMADOS DE 2001 A 2015 EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Como já foi mencionado inúmeras vezes, a implementação de um acordo quadro é realizado por meio ajustes complementares, quando esta é uma implementação de caráter formal (MRE, 2010). Dentre todos os documentos assinados entre 2001 e 2015 é perceptível a predominância dos ajustes complementares em ciência e tecnologia. Dos 44 documentos elaborados, e isto considerando não somente acordos e ajustes complementares, como também documentos por troca de notas e memorandos de entendimento, 33 deles eram ajustes complementares na área de ciência e tecnologia, além de um acordo complementar, enquanto as outras áreas foram representadas com apenas 10 documentos. A porcentagem desta relação pode ser vista no Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Percentual de documentos assinados entre 2001 e 2015 entre Brasil e México



Fonte: Adaptado de Concórdia: Atos internacionais – a Autora

Após a análise dos acordos em ciência e tecnologia, algumas particularidades foram observadas. A primeira delas é a de que a maioria dos acordos foi realizada nos anos de 2012 e 2009. Esta constatação foi o que motivou escolher estes anos para uma breve análise de interesses econômicos brasileiro e mexicano que será melhor detalhada na Seção 3. Dos 33 ajustes, 12 foram assinados em 2012 e 18 deles, no ano de 2009. A segunda particularidade é a de que a maioria dos projetos em ciência e tecnologia foi realizada no campo da agricultura, saúde e estatística, com porcentagens bem próximas. A consequência disso é a maior aparição de organismos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária(Embrapa) e o Instituto Nacional de Investigações Florestais, Agrícolas e Pecuárias(INIFAP), Ministério da saúde (MS) e Secretaria de Saúde (SS), como responsáveis pela execução dos projetos que implementam o Acordo-quadro. Estas informações podem ser observadas no Quadro 5 abaixo.

Quadro 5 - Ajustes Complementares em Ciência e Tecnologia de 2001 a 2015

Área Oficial	Área Classificada	Órgão Responsável pela Implementação	Ano
Agricultura	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2015
Estatística	Estatística	Companhia do desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba – BR / Conagua- MX	2012

Saúde	Saúde	Ministério da Saúde BR / Secretaria de Saúde MX	2012
Estatística	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2012
Estatística	Educação técnica	SETEC BR / Direção Geral de Educação em Ciência e Tecnologia do Mar – MX	2012
Estatística	Saúde	Ministério da Saúde BR / Secretaria de Saúde MX	2012
Estatística	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2012
Estatística	Saúde	Centro de Referência Nacional para Bancos de Leite Humano/ FIOCRUZ/ Ministério da Saúde BR / Secretaria de Saúde do México MX	2012
Agricultura	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2012
Estatística	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2012
Agricultura	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2012
Agricultura	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2012
Estatística	Estatística	Ana BR / Conagua MX	2012
Saúde	Saúde	Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde do Brasil – BR / Direção Geral de Planejamento e Desenvolvimento em Saúde dos Estados Unidos Mexicanos - MX	2009
Saúde	Saúde	Ministério da Saúde BR / Secretaria de Saúde MX	2009
Estatística	Estatística	IBGE BR / INEGI MX	2009
Estatística	Estatística	IBGE BR / INEGI MX	2009
Educação Técnica	Educação Técnica	SENAI BR / CONALEP MX	2009
Educação Técnica	Educação Técnica	Ministério de Educação e SETEC BR / CONALEP MX	2009
Desenvolvimento Agropecuário	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2009
Desenvolvimento Agropecuário	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2009
Educação Técnica	Educação Técnica	SETEC BR / SEP MX	2009
Formação Profissional	Educação Técnica	SENAI BR / CONALEP MX	2009
Formação Profissional	Educação Técnica	Senac BR / CONALEP MX	2009
Agricultura	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2009
Agricultura	Agricultura	Embrapa BR / INIFAP MX	2009
Saúde	Saúde	Ministério da Saúde BR / Secretaría de Salud MX	2009
Geografia	Estatística	IBGE BR / INEGI MX	2009
Estatística	Estatística	IBGE BR / INEGI MX	2009

Saúde	Saúde	IFF/FIOCRUZ/Ministério da Saúde – BR / Centro Nacional de Igualdade de Gênero y Saúde Reprodutiva – Secretaria de Saúde - MX	2009
Recursos Hídricos	Estatística	Ana BR / Conagua MX	2009
Automatização do Voto	Automatização do Voto	TSE BR / IEDF MX	2003
Saúde	Saúde	Ministério da Saúde BR / Secretaria de Saúde MX	2001

Fonte: Adaptada de Concórdia: Atos internacionais – a Autora.¹

Os nomes oficiais dos acordos não foram colocados no quadro dado ao seu tamanho, que iria demandar um grande espaço de páginas e ainda não serviria para chegar a nenhum tipo de resultado.

No quadro criado foram colocados a área oficial e a área classificada, sendo que a área oficial é aquela que vem descrita dentro do acordo, e a área classificada é a que a autora julga a correspondente ao acordo analisado. Isto porque há acordos cuja área claramente se trata de um tema agrícola, por exemplo, e na definição dentro do acordo, ela é tratada como uma cooperação na área estatística. Para ficar mais clara esta observação, trago a comparação de dois casos similares que são classificados em áreas distintas.

O primeiro deles é o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a implementação do projeto “Capacitação de Técnicos Mexicanos no Tema de Sanidade Vegetal”. A finalidade deste projeto é o de aumentar a capacidade do Instituto Nacional de Investigações Florestais, Agrícola e Pecuárias (INIFAP) em controle de pragas e doenças”. Os órgãos responsáveis pela implementação do acordo são a Embrapa, do lado brasileiro e o INIFAP, do lado mexicano. A área mencionada dentro do acordo é a de cooperação na área de agricultura.

O segundo acordo é o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a implementação do projeto “Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias em melhoramento genético e manejo agrônomico de soja”. O objetivo deste projeto é o de aumentar a capacidade do INIFAP nas áreas de melhoramento genético da soja, com vistas ao

aumento da qualidade e da produtividade do grão. Os órgãos responsáveis pela implementação do acordo são a Embrapa, do lado brasileiro, e o INIFAP, do lado mexicano. A área mencionada no acordo é a de cooperação na área estatística.

Como é perceptível, os dois ajustes têm objetivos parecidos e os órgãos envolvidos são os mesmos, mas são classificados em áreas diferentes. O tema dos acordos envolve claramente a área agrícola, portanto, fez-se necessário a criação de uma classificação autoral para que fiquem claras as áreas reais em que está havendo mais cooperação entre os Estados. A diferença nos resultados, pode ser observada nos Gráficos 3 e 4 abaixo.

Gráfico 3 - Ajustes complementares em cooperação científica e tecnológica nas áreas de agricultura, estatística e saúde pela classificação oficial

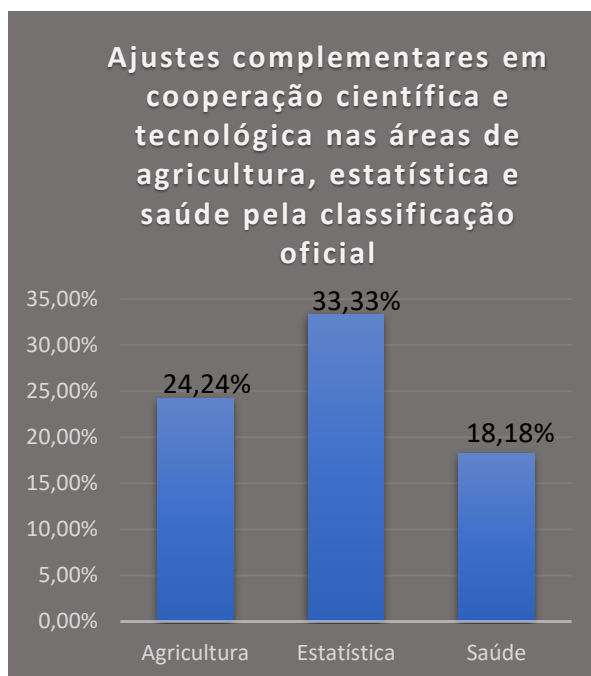
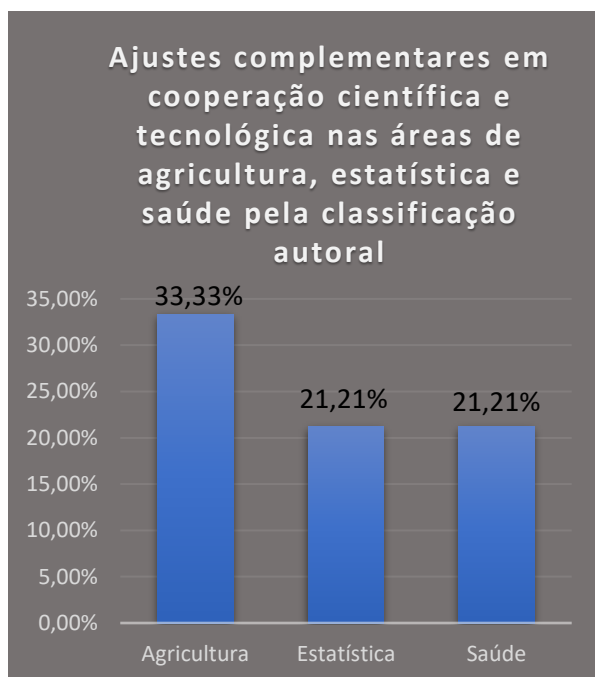


Gráfico 4 - Ajustes complementares em cooperação científica e tecnológica nas áreas de agricultura, estatística e saúde pela classificação autoral



Fonte: Adaptado de Concórdia: Atos internacionais - a Autora.

Assim, por meio da análise dos ajustes complementares, pode-se afirmar que a área da agricultura é a que sobressai entre os ajustes complementares em ciência e tecnologia, diferentemente da classificação oficial, que destacava a área de estatística como a área onde houve maior assinatura de projetos de cooperação. Já sob a classificação autoral, as áreas de estatística e saúde aparecem com o mesmo percentual, de 21%. Além disso, essas três áreas em conjunto totalizam 75,75% de todos os ajustes complementares realizados entre 2001 e 2015 sob o tema de ciência e tecnologia.

4.2.1 Beneficiados com os acordos e as áreas

Ao realizar a leitura dos ajustes complementares em ciência e tecnologia, um dado observado em sua descrição era a qual país o projeto estaria beneficiando. No levantamento feito é possível perceber que grande parcela dos acordos são para uma cooperação de benefício unilateral. Dos 33 ajustes complementares, 23 deles beneficiam ou o Brasil ou o México, 6 deles são acordos para o benefício mútuo e 4 não declaram os beneficiados, podendo ser entendido, seguindo a lógica de cooperação internacional, que será de benefício para ambos os lados.

Quadro 6 - Beneficiários dos Acordos em ciência e tecnologia

A quem beneficia	Brasil	México	Ambos	Não declarado
Número de acordos	8	15	6	4

Fonte: Adaptada de Concórdia: Atos internacionais - a Autora

A partir da observação do Quadro 6 é possível perceber que grande parte dos acordos foi travada para benefício mexicano. O número de acordos que em sua descrição declara que o objetivo é aumentar as capacidades mexicanas em alguma instância é quase o dobro do número de acordos realizados para o benefício brasileiro. E, se seguimos com as análises, percebemos que a área em que o México trava mais acordos em seu benefício é a agrícola, tendo como responsável pelo projeto o INIFAP, que troca experiências com a Embrapa, como pode ser visto no Quadro 7 abaixo.

Quadro 7 – Organismos beneficiados por área no México

Área	Número de Acordos	Órgão Responsável
Agrícola	6	INIFAP
Estatística	3	INEGI / Conagua
Saúde	2	Secretaría de Salud
Educação Técnica	3	CONALEP / SEP
Automatização do Voto	1	IEDF

Fonte: Adaptado de Concórdia: Atos internacionais - a Autora.

Essa mesma análise foi feita com os acordos para benefício brasileiro e, neste caso, percebe-se que a área da saúde é a que mais possui projetos para o desenvolvimento de capacidades, tendo o Ministério da Saúde como órgão responsável. Entretanto, este número não é muito maior do que as outras áreas envolvidas, como pode ser visto no quadro abaixo. Estatística e Educação técnica são as áreas que vêm na sequência, com o total de dois acordos cada uma; e, por último, a área agrícola, com a cooperação da Embrapa com o INIFAP.

Quadro 8 – Organismos beneficiados por área no Brasil

Área	Número de Acordos	Órgão Responsável
Saúde	3	MS
Estatística	2	IBGE
Educação Técnica	2	SETEC e Ministério da Educação / SENAI
Agrícola	1	Embrapa

Fonte: Adaptado de Concórdia: Atos internacionais - a Autora.

Os outros acordos firmados para benefícios mútuos ressaltam a área da saúde, ainda que não tenha grande diferença em relação aos outros acordos nas demais áreas. São apenas seis acordos, dos quais dois são em saúde, dois em estatística e dois em educação técnica. Foram colocados os órgãos responsáveis dos dois países, com a separação por barra do que seria, primeiramente, o(s) representante(s) do Brasil e, na sequência, os responsáveis pelo projeto no México, no Quadro 9 abaixo.

Quadro 9 - Acordos de benefício mútuo por área

Área	Número de Acordos	Órgão Responsável
Estatística	2	Companhia do desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba; ANA /CONAGUA;
Educação Técnica	2	SETEC e Direção Geral de Educação em Ciência e Tecnologia do Mar
Saúde	2	MS e SS

Fonte: Adaptado de Concórdia: Atos internacionais - a Autora.

Também houve, como já mencionado, acordos que não manifestavam claramente quem seria beneficiado. Desta forma, tomando a ideia geral de cooperação de que este ato serve a benefícios mútuos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2017), entenderemos que os acordos que não mencionam a área irão beneficiar ambos os países. Todos os acordos sem o beneficiado declarado foram de projetos na área de agricultura entre a Embrapa e a INIFAP, como mostra o Quadro 10, abaixo.

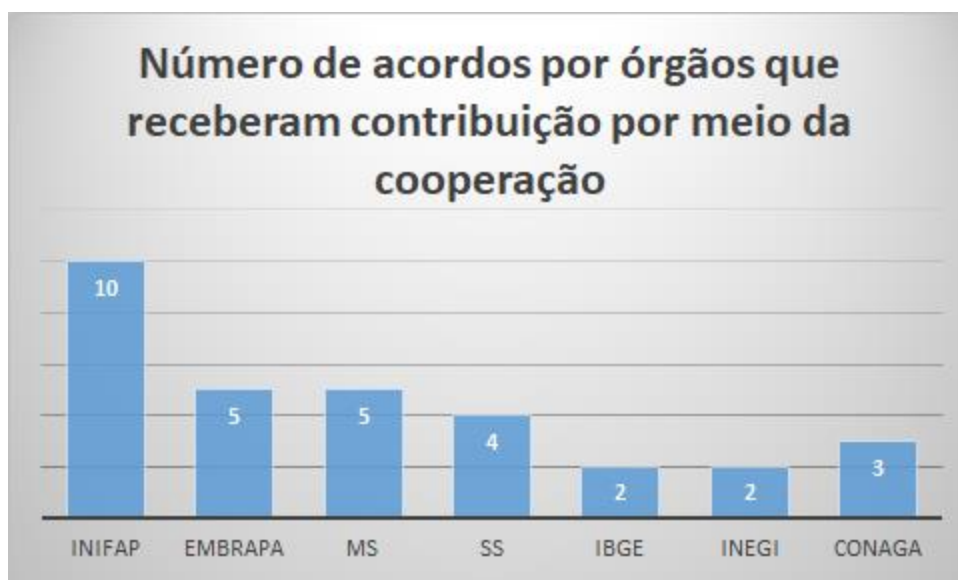
Quadro 10 - Acordos sem beneficiado declarado

Área	Número de acordos	Órgão Responsável
Agricultura	4	Embrapa/INIFAP

Fonte: Adaptado da plataforma Concórdia: a Autora.

Faz-se necessária também a análise dos organismos responsáveis pelos ajustes complementares ao acordo básico, pois foram eles os representantes diretos que receberam ou compartilharam de experiências em áreas determinadas na cooperação. Seguindo a ideia de trazer números para a observação, foi elaborado um gráfico que apresenta o total de acordos pelo qual o organismo responsável recebeu algum tipo de contribuição, ou benefício, por meio da cooperação científica e tecnológica entre Brasil e México.

Gráfico 5 - Número de acordos por órgãos que receberam contribuição por meio da cooperação



Fonte: Adaptado de Concórdia: Atos internacionais - a Autora.

É importante ressaltar que, apesar do número de acordos colocados no Gráfico 5 totalizar trinta e três – o mesmo número de ajustes complementares na área de ciência e tecnologia - não significa que todas as instituições foram consideradas na contagem. Apenas os órgãos que ficaram responsáveis por um número maior de acordos foram contabilizados. Este cálculo também levou em conta os acordos que promoviam benefício mútuo, tal qual os acordos que não declaravam os reais beneficiados, ou seja, que podem se referir a um mesmo acordo, mas que tratam dos beneficiados de forma separada na contagem. Essas informações podem ser confirmadas por meio da leitura dos quadros anteriores.

Ao analisarmos os dados, é perceptível que o INIFAP foi a instituição que mais recebeu contribuição através dos projetos na área de agricultura. Em todos estes projetos, a cooperação foi realizada tendo a Embrapa como a instituição responsável por transmitir conhecimentos a fim de aumentar a capacidade do INIFAP em alguma instância. Do lado brasileiro, a Embrapa também teve projetos em seu benefício. Apenas um havia a descrição clara de que seria um projeto em que o INIFAP iria transmitir conhecimentos à instituição brasileira, e nas outras três, como já supracitado, o beneficiado não foi descrito, e então resolvemos optar por entender que seria uma cooperação onde os dois países iriam realizar trocas de conhecimento em prol do desenvolvimento mútuo de habilidades.

Na sequência, observamos que o Ministério da Saúde brasileiro aparece como responsável por cinco acordos, sendo todos estes em cooperação com a Secretaria de Saúde mexicana. Houve ainda dois acordos nesta área em que a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Fernandes Figueira estavam como responsáveis em parceria com o Ministério da Saúde do Brasil. Ainda é importante ressaltar que todos esses acordos estão sendo observados segundo a classificação por área feita pela autora. Além disso, apesar de o Quadro 4 demonstrar que existe um total de 8 ajustes complementares na área da saúde, o primeiro deles, firmado em 2001, não foi considerado nesta contagem, pois mesmo tendo sido nomeado desta forma, ele tem característica de um acordo básico, já que define as bases para os projetos em saúde que serão firmados posteriormente. Desta forma, não podemos dizer que há um beneficiado específico. A Secretaria de Saúde mexicana totalizou quatro projetos com algum tipo de contribuição ao seu favor -dois deles com a definição clara de ganhos de capacidade, outros dois por meio de trocas de experiência caracterizando um ganho mútuo na cooperação com o Brasil.

O IBGE, INEGI e CONAGUA, órgãos responsáveis por algum tipo de projeto na área estatística, também aparecem mais de uma vez como beneficiados de ganho de conhecimento por meio da cooperação. Os acordos envolvendo o IBGE foram todos em cooperação com o INEGI, em um total de quatro acordos, sendo que dois deles beneficiaram o IBGE e os outros dois promoveram algum tipo de desenvolvimento de capacidades no INEGI. Já a CONAGUA está envolvida em um total de três acordos, tendo um ao seu total benefício e outros dois sob trocas de experiências com órgãos brasileiros.

4.2.2 Organismos de destaque nos atos

O objetivo desta subseção é dar uma breve introdução das instituições que mais ficaram responsáveis pela implementação de acordos, para que fique mais claro qual é o tipo de trabalho que cada organismo desempenha. Apenas as instituições INIFAP, Embrapa e as Secretarias de Saúde dos dois países serão abordadas, pois foram os mais expressivos em termos de assinatura de acordos. Isto porque, em todos os acordos na área da agricultura, o INIFAP ficou responsável do lado mexicano e a Embrapa do lado brasileiro. Na área da saúde, todos os acordos tiveram as secretarias como órgãos responsáveis. Apesar de a área estatística também ser um subcampo bastante acionado em cooperação técnica e científica, os responsáveis pela implementação dos acordos foram descentralizados entre diferentes organismos.

4.2.2.1 INIFAP

O Instituto Nacional de Investigações Florestais, Agrícola e Pecuárias é uma instituição científica e tecnológica mexicana que atua na área agrícola, florestal e pecuária em prol do desenvolvimento rural sustentável. Ela ainda trabalha para atender as demandas dos subsetores das áreas envolvidas, contribuindo para uma melhor competitividade. Por meio de pesquisas científicas é produzido o conhecimento, que na sequência é transferido a produtos e serviços comercializados. Dos produtos desenvolvidos para atender à cadeia produtiva encontra-se biofertilizantes, sementes, material vegetativo para a produção de árvores frutíferas, forrageira, insumos sustentáveis para agricultura, reprodução e saúde animal. Dentre os serviços prestados estão análises de laboratório, cursos de capacitação, avaliações, assessoria e diagnósticos técnicos, além de certificação para máquinas agrícolas. As investigações realizadas por este instituto, dentro das áreas já mencionadas, tratam dos temas da água, solo, genética, biotecnologia, bioenergéticos e socioeconomia (AVELDAÑO; TAPIA; ESPINOSA, 1999).

O INIFAP é um organismo público descentralizado que ganhou personalidade jurídica sob a égide do Plano Nacional de Desenvolvimento mexicano de 2001-2006 para a geração, uso e aproveitamento de inovações tecnológicas como recursos estratégicos destinados a alcançar melhores padrões tecnológicos, além de sanar as demandas da população. Este órgão administrativo é uma entidade paraestatal com autonomia técnica e orçamentária para garantir a melhor gestão de seus projetos de investigação científica. (MÉXICO, 2001).

Esta organização conta com centros de pesquisas espalhados pelo país, além de campos experimentais com uma equipe de mais de 800 profissionais capacitados. O trabalho realizado por todo o corpo institucional é responsável por nutrir de informação as bibliotecas universitárias, escritórios de consultoria, tal como fazendas e outras unidades produtivas deste setor (MÉXICO, 2017).

A produção de conhecimento exercida por esta instituição é expressiva. Em 2009, foram publicados 249 artigos científicos, sendo que 60% deles na subárea agrícola, 28% no pecuário, 8% no florestal e os últimos 4% sendo pesquisas multisetoriais. De todos os artigos publicados, 47% deles foram publicados em revistas estrangeiras divididas entre 19 países, tendo o Brasil e os Estados Unidos como países de destaque (MÉXICO, 2009). Em 2012 o número de artigos foi similar de 202, com predominância no subsetor agrícola, com 59% do total. A porcentagem de artigos publicados em revistas internacionais também foi menor, em um total de 39% (MÉXICO, 2013).

Entretanto, de acordo com os Informes Anuais do INIFAP dos anos de 2009 e 2012, se analisados os artigos de caráter técnico, este número é bem maior. Nos artigos técnicos são documentados os resultados dos projetos de pesquisa. Em 2009 foram publicados 1.231 artigos técnicos, sendo 65% deles na área agrícola. Neste ano, apenas 10% dos artigos foram publicados em revistas internacionais. Já em 2012 este número foi consideravelmente menor, com o total de 298 artigos técnicos, sendo 65% na área agrícola. Apenas 6% do total de artigos foi publicado em âmbito internacional.

Em termos de cooperação científica internacional, o INIFAP em 2009 realizou intercâmbio de conhecimento por meio de missões tecnológicas, oficinas, simpósios e congressos, com 37 países em 191 desses eventos. Do total destes eventos, 148 foram com países da América (MÉXICO, 2009). O informe anual do INIFAP para o ano de 2012 não trouxe este tipo de informação.

4.2.2.2 EMBRAPA

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária é uma empresa tecnológica vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, voltada para a produção de conhecimento agropecuário. Criada na década de 1970, tinha por objetivo a superação de barreiras na produção de alimentos da época. Atualmente, com todo um

esforço de evolução, o resultado alcançado mudou a posição brasileira de país importador de alimentos para um dos maiores exportadores internacionais. Um dos destaques desta instituição é a sua atuação internacional, que em cooperação com centros de pesquisas mundiais enfrentaram grandes desafios agropecuários e, hoje, são referência mundial no que tange agricultura em clima tropical (EMBRAPA, 2017).

Essa abertura ao exterior proporcionou alguns fatores positivos a esta instituição, tal como a atração de apoio orçamentário de outros países, universidades e organizações de pesquisa por exemplo, devido a boa imagem repercutida da Embrapa. O envio pela Embrapa de pesquisadores em programas de pós-graduação a outros países também fomentou o bom relacionamento desta instituição com o mundo acadêmico internacional, favorável à absorção e compartilhamento de conhecimento. Esse programa de pós-graduação foi custeado pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo governo japonês, que reforçou a boa imagem da Embrapa como uma empresa séria e eficiente (ALVES, 2010).

A Embrapa possui uma grande estrutura de pessoas, com mais de 9.700 funcionários. Dentre eles, cerca de 2.400 são pesquisadores, 1.500, analistas, 1.700, técnicos, e quase 2.000, assistentes. Eles estão distribuídos em 46 unidades de pesquisa espalhadas pelo Brasil, 4 laboratórios virtuais no exterior (Estados Unidos, Europa, China e Coreia do Sul), além de três escritórios internacionais na América Latina. Em dados de 2015, o orçamento anual desta instituição atingiu R\$3 bilhões. (EMBRAPA, 2017).

Esses laboratórios virtuais no exterior ficam responsáveis por realizar a cooperação científica em que ocorrerá o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias com o objetivo de gerar avanços na agricultura brasileira. Já a cooperação técnica, que envolve o exercício de capacitação humana e institucional, além de trocas de experiências entre duas nações (MRE, 2017), ocorre com maior frequência com os países em desenvolvimento, como o México, assim como mostra a FIGURA 1 abaixo.

Figura 1 - Atuação da Embrapa no Exterior



Fonte: Embrapa/SRI – Março/2017

O trabalho reproduzido pela equipe de profissionais da Embrapa se manifesta nos produtos e serviços que oferecem à sociedade. Segundo o site oficial da Embrapa (2017) em termos de serviço, são oferecidos treinamentos em diversas áreas que estão ligadas à agricultura. São mais de 246 tipos de curso de capacitação em campos como a da biotecnologia, geotecnologia e nanotecnologia, por exemplo. Ainda prestam análises e consultorias na área agropecuária, dando, por exemplo, instruções a respeito de adubagem do solo. Em relação aos produtos são encontradas desde soluções tecnológicas físicas e digitais, como vacinas, fertilizantes, sementes e até mesmo softwares e aplicativos.

4.2.2.3 Secretaria da Saúde (México)

A Secretaria de Saúde do México foi fundada em 1943, junto ao Hospital Infantil e o Instituto Mexicano de Seguridade Social (IMSS), compondo a primeira formação do sistema de saúde deste país. Mais tarde foram criados outros organismos e leis nesta área, resultando em ampliação do sistema de descentralização de serviços prestados à sociedade. Atualmente existe três grupos de prestadores de serviços. O primeiro sistema atende as pessoas que não possuem seguro de saúde, sendo um total de 40% da população mexicana, com predominância de pessoas pobres da área rural e urbana. Esse setor é

atendido pela Secretaria de Saúde e o programa IMSS-Solidariedade. O segundo grupo é o da seguridade social, que atende 50% da população, que é atendida pelo IMSS e pelo Instituto de Segurança e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado (ISSSTE). Por último, existe o setor privado, que pode atender qualquer pessoa com condições financeiras para custear os serviços prestados (MÉXICO, 2017)

A Secretaria de Saúde, anteriormente denominada Secretaria de Salubridade e Assistência, é um órgão semiautônomo, com o propósito de desenvolver com eficiência suas funções (CHÁVEZ, 2007). As principais funções deste organismo estão no desenvolvimento de políticas, coordenação intra e inter setorial, regulação sanitária de bens e serviços, avaliação dos serviços e programas, além da proteção dos usuários dos serviços de saúde (MEDINA, 2012).

A Secretaria da Saúde ainda conta com uma Direção Geral de Relações Internacionais, responsável por fortalecer o sistema de saúde nacional por meio de cooperação internacional em saúde. Para isso, eles ainda têm a tarefa de manter uma relação próxima com organismos internacionais especializados, promover o apoio financeiro externo, promover avanços científicos e tecnológicos internacionais na área de saúde além de promover a liderança do México em matéria de saúde (MÉXICO, 2015).

4.2.2.4 Ministério da Saúde (Brasil)

Segundo informações do Portal da Saúde do governo brasileiro (BRASIL, 2017) apesar de a história da saúde pública brasileira ter se iniciado em 1808, a criação do Ministério da Saúde se deu quase um século e meio depois, em 1953, por meio de lei nº 1.920. Com o tempo foram criados departamentos dentro deste Ministério para tratar de assuntos específicos. O Instituto Oswaldo Cruz, por exemplo, era um órgão que ficava responsável por investigação, pesquisas e desenvolvimento de vacinas. Em 1967, com a Reforma Administrativa Federal, algumas responsabilidades foram conferidas a este Ministério, sendo elas: coordenação de política nacional da saúde, atividades médicas e paramédicas, ação preventiva, vigilância sanitária de fronteira e pesquisa médico-sanitárias. É importante ressaltar que esse organismo passou por diversas reformulações que lhe conferiam novas atribuições. Uma das mais destacadas foi a de 1988, que criou o Sistema Único de Saúde em resposta à Constituição Federal que determinou que o Estado deveria prover saúde a toda sociedade brasileira.

Este Ministério conta ainda com a Assessoria Internacional de Assuntos em Saúde (AISA), responsável por promover a cooperação internacional em matéria de saúde, definindo objetivos, realizando negociações e monitorando projetos para o sistema de saúde do Brasil e de outros países em desenvolvimento ao redor do mundo. Os projetos de destaque são os que compreendem as Redes de Leite e combate à doença falciforme. Ainda está incluso no papel deste Ministério o fornecimento de ajuda humanitária a países em situação de emergência (BRASIL, 2017).

4.3 INTERESSES GOVERNAMENTAIS BRASILEIROS E MEXICANOS NOS ANOS DE 2009 E 2012

Esta seção irá retratar alguns pontos de destaque dos governos brasileiro e mexicano nos anos de 2009 e 2012 sob a tentativa de apresentar os interesses destes governos em áreas específicas, para assim observar se há alguma ligação destes interesses apresentados com os ajustes complementares assinados em cooperação na área de ciência e tecnologia entre estes dois países. A preocupação aqui não é a de detalhar todos os fatores econômicos de ambos os governos, senão que descrever brevemente alguns dos acontecimentos que atravessaram estes governos para observar minimamente o contexto que determinado governo se encontrava no momento de definição de áreas de interesse específicas.

4.3.1 Fatores que marcaram o governo Calderón nos anos de 2009 e 2012

Nos anos de 2009 e 2012 o México estava sob o governo do presidente Felipe Calderón (2006-2012). Este período foi marcado pela crise financeira mundial de 2008 origina danos Estados Unidos. Dado que o mercado mexicano tem forte ligação com este país, o México foi a nação latino-americana mais afetada (MORENO, 2009). Além da crise financeira, o governo Calderón também foi marcado pelo combate ao narcotráfico na tentativa de diminuição do número de mortes causado pelo crime organizado. Outro fenômeno que ataca as vidas mexicanas foi a epidemia da gripe H1N1, que atingiu o nível de produtividade dos trabalhadores mexicanos e comoveu as autoridades a tomar providências para que o número de afetados fosse o menor possível (LOPEZ, 2009).

No governo de Felipe Calderón foi elaborado um Plano Nacional de Desenvolvimento que tinha cinco vertentes principais, sendo elas: o estado de direito e segurança, economia competitiva e geradora de empregos, igualdade de oportunidades, sustentabilidade ambiental, democracia efetiva e política exterior responsável. Esses objetivos norteadores são um caminho para o alcance do desenvolvimento humano sustentável, que implica um processo permanente da ampliação das capacidades e liberdades para que os mexicanos possam ter uma vida digna sem comprometer o futuro (MÉXICO, 2017).

Em relação à política externa do país, o governo tinha o objetivo de voltar a atenção para a América Latina, tal como resolver os problemas que tinha com Venezuela e Cuba (MAGAR; ROMERO, 2008). Em relação à América do Norte, tinham por objetivo o fortalecimento dos laços políticos e mecanismos de cooperação com Estados Unidos e Canadá. O aprofundamento das relações com Europa, Ásia e África também estava no plano setorial de Relações Exteriores, incluindo a elevação do México na cooperação internacional para o desenvolvimento. A segurança, um dos principais focos deste governo, também contava com estratégias de cooperações bilateral, regional e multilateral para o seu plano de execução (VELASCO, 2013).

Dentre os objetivos norteadores do governo Calderón, a segunda vertente – economia competitiva e geradora de empregos – possuía subáreas para a sua execução. Uma delas dizia respeito à produtividade e competitividade da economia, com destaque ao setor mineiro e ao setor rural. No primeiro setor havia o interesse de incrementar a participação do México nos fluxos de comércio mundial e atração do investimento externo direto. No setor rural, a intenção era elevar o índice de desenvolvimento humano e de renda dos habitantes das áreas rurais do país; abastecimento do mercado interno com produtos nacionais; aumento da participação dos produtos mexicanos nos mercados globais, vinculados aos processos de agregação de valor e produção de bioenergéticos; e, por fim, reverter a deterioração dos ecossistemas através de ações para a preservação da água, solo e biodiversidade (MÉXICO, 2013).

Um dos fatores que caracterizaram o governo de Felipe Calderón foi a crise financeira de 2008. Essa crise financeira, segundo Bresser Pereira (2009), é uma profunda crise de confiança causada por empréstimos hipotecários cedidos irresponsavelmente a credores que não tinham condições de realizar os pagamentos a partir do momento que os juros fossem aumentados. Sob este cenário, os agentes econômicos passaram a preferir a liquidez para liquidar seus créditos, o que promoveu a quebra de bancos e outras empresas financeiras. Como bancos e fundos de investimento de todo o mundo tinham conexão com essas dívidas, sem demora, vários países foram também afetados com essa quebra, gerando uma recessão mundial.

A crise financeira gerou uma série de efeitos colaterais. Como houve uma diminuição da demanda mundial por mercadorias, a produção industrial caiu, causando o aumento do desemprego. Outro efeito foi a diminuição da entrada de capitais, pois dado

o cenário de crise, os investidores voltam a apostar em destinos mais seguros. Assim, a queda dos preços no mercado acionário foi inevitável, gerando a desvalorização do peso mexicano (OCDE, 2009).

De acordo com o Informe Anual do Banco do México (2010) a atividade econômica mundial teve o início de sua recuperação no segundo trimestre de 2009 devido a algumas medidas tomadas para a normalização do sistema financeiro mundial. O estímulo fiscal adotado contribuiu para restaurar a confiança e criar uma base para a recuperação da economia. No México, foi implementado um ciclo de relaxamento na postura monetária em um contexto em que a expectativa era a de que a inflação se mantivesse estável. No primeiro semestre do ano houve um registro de queda em sua atividade produtiva, reflexo da contração da demanda externa e ainda os efeitos da gripe A (H1N1) sob a população, que resultou em uma diminuição do PIB em quase 9%. Já no segundo semestre houve um aumento das exportações de produtos manufaturados pela melhoria das condições externas, o que conduziu a uma tendência positiva na atividade produtiva. Assim, o resultado foi de 2,5% no PIB no terceiro trimestre e 2% no último trimestre do ano.

A economia em 2012 do México apresentou um registro de crescimento de 3,9%, mas o contexto de desaceleração econômica mundial e a volatilidade dos mercados financeiros internacionais afetaram no ritmo de crescimento do mercado mexicano no segundo semestre do ano em relação ao primeiro. Devido a este cenário, não houve uma pressão sobre as contas externas do país, ou em relação a inflação. Ao longo de 2012 houve um período em que a inflação incidiu principalmente nos produtos agrícolas, mas que começou a diminuir ao longo do último trimestre do ano. Neste período de alta, a inflação ficou acima de 4%, e começou a diminuir até ficar em torno de 3% (MÉXICO, 2013).

Em relação ao tema de segurança, um dos objetivos colocados pelo governo era o de combate ao narcotráfico e, dado que historicamente o destino principal do tráfico é os Estados Unidos, o governo mexicano propôs uma cooperação bilateral com este país para que juntos solucionassem a questão. Entretanto, os resultados desta política são contestáveis, do ponto de vista do aumento da violência gerado e, ainda, escândalos envolvendo ações de iniciativa norte-americana (CHABAT, 2010).

No momento em que Calderón assumiu a presidência o narcotráfico controlava partes territoriais do país, havia uma guerra entre os cartéis de drogas, gerando alto índice de violência, além de um aumento no consumo de drogas ilícitas, conflitos com os Estados Unidos pela violência do tráfico na fronteira e o fluxo de drogas em direção a esse país. Gerando crise de legitimidade interna por parte do presidente recém-eleito, Calderón resolveu combater o tráfico com o auxílio do Exército (CHABAT, 2010). O apoio norte-americano foi dado por meio financeiro, algo em torno de quase 2 bilhões de dólares, além de desenvolvimento de capacidades. Entretanto, Calderón terminou seu mandato com o índice de violência maior do que estava quando assumiu o governo. Quanto aos Estados Unidos, por um lado houve o fortalecimento das relações com autoridades deste país, devido ao resultado positivo do número de extraditados entre ambos os países. Por outro lado, ocorreu uma polêmica envolvendo os Estados Unidos quando uma entrega de armas americanas nas mãos de cartéis do narcotráfico com o suposto objetivo de mapear o local onde estava a quadrilha foi realizado. O resultado foi o desaparecimento de armas que, muito provavelmente, foram utilizadas para a promoção de mortes e violência. (VELÁZQUES, 2013)

Em relação à saúde, em um estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico(OCDE) em 2009, já eram apontadas debilidades no sistema de saúde mexicano em comparação com os outros países participantes desta instituição. Tanto os gastos públicos per capita como os indicadores de saúde estavam abaixo do índice de países emergentes. Mesmo tendo ocorrido uma melhora nas últimas décadas, a mortalidade infantil continuava alta. Para isso, nos planos de ação político já estava estabelecida a tentativa de ampliação de um seguro médico universal, que era a garantia de um pacote de serviços médicos com proteção financeira a mais de 50 milhões de mexicanos que antes estavam excluídos do seguro social (KNAUL et al, 2013). Dentre os objetivos deste programa estava o de evitar o empobrecimento da população por este motivo, tal como garantir que a saúde contribua para a superação da pobreza e desenvolvimento humano do país (MÉXICO, 2012). Entretanto, o tempo estipulado para o alcance universal deste programa popular de saúde foi afetado pela pandemia da gripe H1N1 ocorrida em 2009, que forçou com que os valores destinados a este programa fossem redirecionados a compra de vacinas e medicamentos para o combate a influenza A (KNAUL et al, 2013).

4.3.2 Fatores que marcaram o governo Lula e Dilma nos anos de 2009 e 2012

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), segundo o cientista político André Singer (2010), foram marcados por grandes melhorias sociais e econômicas. Esses governos podem ser divididos em três fases, cada uma com programa específico como o marco das principais ações políticas. A primeira fase, compreendida entre 2003 a 2005, teve o programa Bolsa Família como uma das políticas mais marcantes. Na segunda fase, que foi do ano de 2006 a 2008, o destaque econômico veio por meio do aumento do salário mínimo da população. Na terceira fase, de 2009 a 2010, o programa Minha Casa Minha Vida foi emblemático por estimular o setor produtivo e manter o equilíbrio econômico frente ao cenário de crise internacional. A desordem financeira internacional colocou nas mãos do setor público a tarefa de criar medidas para que um ciclo de depressão econômica não assolasse o país. Por fim, avalia-se que essas medidas apontadas conseguiram amortizar os efeitos da crise no Brasil neste período (SINGER, 2010).

No cenário internacional, a política externa dos governos Lula foi bastante ativa, sendo a maior parte das iniciativas marcada por negociações internacionais comerciais e coordenação política com parceiros importantes. Sobre esses parceiros, havia inicialmente um maior destaque a negociações com países em desenvolvimento como China, Índia, África do Sul e vizinhos latino-americanos (ALMEIDA, 2004). Na opinião de outro analista, em ambos os governos do PT, Lula e Dilma, teria havido um fortalecimento da burguesia que determinaram interesses no plano internacional. Os objetivos fundamentais orquestrados passavam pela conquista do mercado externo para o destino das exportações dos produtos produzidos por essa classe, tal como maior proteção ao mercado interno. Foi por isso que o foco da atuação internacional brasileira teria se voltado para as relações Sul-Sul (BOITO JR; BERRINGER, 2013).

Para a estruturação de políticas que deveriam ser realizadas para atingir esses objetivos, o governo Lula produziu a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008. A PDP foi um documento com algumas estratégias - como os planos nacionais de desenvolvimento realizados no passado - baseado nas diretrizes apresentadas em um plano anterior denominado Política Industrial, Tecnológica e de Comércio (PITCE), mas desta vez tendo abrangência sobre quase todos os setores produtivos, como os setores moveleiro e têxtil, que são sensíveis a mudanças conjunturais. Ambos os programas conferiam ênfase ao setor externo e de alta tecnologia (DIEESE, 2008). Em continuidade

ao PITCE, o PDP visava a inovação, o desenvolvimento tecnológico e inserção externa. Os setores considerados estratégicos foram os de software, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos. Também havia, segundo informações da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2017), atenção quanto aos setores considerados portadores do futuro, como a biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis.

Nos governos Dilma, a busca pela reindustrialização foi a característica mais marcante. Além desta, outras políticas anticíclicas foram adotadas para a diminuição dos juros, reforma do BNDES, plano para infraestrutura, reforma do setor elétrico, desvalorização do Real e, como já citado, a proteção da indústria nacional (SINGER, 2015). Essas ideias estavam estruturadas dentro do Plano Brasil Maior, que apresentava cinco diretrizes principais: o fortalecimento das cadeias produtivas nacionais, ampliação e criação de novas competências tecnológicas, desenvolvimento de cadeias de suprimento de energia, diversificação das exportações e internacionalização corporativa e, por fim, produção de produtos manufaturados de tecnologias intermediárias com consolidação de competência na economia do conhecimento natural (MATTOS, 2013).

Dentro do Plano citado, o governo selecionou 19 setores que receberiam estímulos especiais, como mostra o Quadro 10 abaixo:

Quadro 11 - Distribuição do Quantitativo de Medidas segundo os Setores do PBM

	Setores	Quantidade	%
1	Petróleo, gás e naval	6	2,09%
2	Complexo da Saúde	29	10,10%
3	Automotivo	29	10,10%
4	Defesa, aeronáutica, espacial	28	9,76%
5	Bens de capital	24	8,36%
6	Tic/ complexo eletroeletrônico	23	8,01%
7	Química	5	1,74%
8	Energias renováveis	17	5,92%
9	Indústria da mineração	4	1,39%
10	Metalurgia	3	1,05%
11	Papel e celulose	5	1,74%
12	Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos	2	0,70%

13	Couro, calçado, têxtil, confecções, gemas e joias	8	2,79%
14	Móveis	9	3,14%
15	Construção civil	5	1,74%
16	Agroindústria	70	24,39%
17	Comércio	5	1,74%
18	Serviços	8	2,79%
19	Serviços logísticos	7	2,44%
	Total	287	100,00%

Fonte: Instituto Braudel, 2013

Dos setores listados, o setor agroindustrial é o de destaque com o maior número de medidas, totalizando quase 25% das medidas totais. Essas medidas tratadas dizem respeito não somente a agenda de trabalho de determinado setor, tal como declarações de intenções e objetivos. Em uma análise dessas medidas, foi constatado que quase 80% dessas medidas são novas e que, 14% é de caráter protecionista (MATTOS, 2013).

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da observação dos dados, é perceptível que com o tempo além do número de acordos entre Brasil e México foi ampliada, notando-se ainda uma maior diversificação das áreas de atuação ocorreu. As áreas que traduziram maior cooperação entre o Brasil e o México estavam entre o grupo de temas em que o Brasil ganhou respeito e admiração ao redor do mundo, que são as áreas que envolvem energias renováveis, medicina, algumas engenharias e biotecnologia (SEABRA, 2011). Entre Brasil e México, o destaque fica para o campo da biotecnologia, em se tratando da cooperação em ciência e tecnologia.

Acordos de temas gerais também – que não inclui, no caso, o campo da ciência e tecnologia - foram assinados entre 2001 e 2015. De todos os acordos assinados, nenhum deles resultou em algum tipo de documento característico de implementação de projeto, como o ajuste complementar. Ainda foi observado que a nomeação destes acordos de modo geral assumiu determinado padrão. Os acordos quadros receberam a nomeação correta, não havendo diversificação de nomes. Entretanto, se analisados todos os

documentos de modo geral, houve um documento em ciência e tecnologia denominado “ajuste complementar” que assumiu a estrutura de um acordo complementar. Nele era encontrado a reafirmação de laços diplomáticos e apontamentos de novas áreas onde havia interesse de cooperação científica e tecnológica.

Em relação aos ajustes complementares em ciência e tecnologia, o que não apresentou padrão foi a classificação das subáreas da cooperação, sendo necessária então, uma nova classificação por parte da autora, para que deste modo fosse possível analisar, com base em números que expressem a real subárea de cooperação, quais as áreas em que México e Brasil mais assinam tratados.

Os acordos no campo de ciência e tecnologia foram firmados por meio dos ajustes complementares e, se analisados todos os documentos assinados de 2001 a 2015, é perceptível que os ajustes complementares em ciência e tecnologia são predominantes, com o total de 77% sobre todos os outros documentos em áreas diversas.

Os anos em que houve maior assinatura de ajustes complementares em ciência e tecnologia foram nos anos de 2009 e 2012. Em 2012 a maioria dos acordos foram firmados na subárea agrícola, sendo que na maioria deles a instituição brasileira Embrapa realizava algum tipo de capacitação a instituição mexicana INIFAP. Apenas um dos acordos traduzia a transmissão de conhecimento do INIFAP em benefício da Embrapa. Em uma análise superficial, pode-se dizer que é natural que a transmissão seja neste sentido, já que a instituição brasileira é consideravelmente maior e mais estruturada que o organismo mexicano. Também pode-se dizer que faz parte da cultura da Embrapa realizar cooperação técnica com países em desenvolvimento, como o México. Isso pois, em uma análise do panorama geral, a Embrapa realiza cooperação científica apenas com países desenvolvidos nesta área.

Além disso, o governo brasileiro, na época presidido pela presidente Dilma Rousseff, coloca a área agrícola como tema de maior prioridade em sua gestão. Desta forma, pode-se dizer que a cooperação em ciência e tecnologia na subárea agrícola entre Brasil e México se enquadrava nos interesses deste governo.

Os incentivos à área agrícola, pelo governo brasileiro, convergiam com os interesses mexicanos, que possuía, em termos de economia competitiva e geração de empregos, uma vertente dava maior atenção à área rural e o seu desenvolvimento. Assim, a cooperação nesta área também pode ser vista como uma política que atendia a interesses convergentes destas duas nações. Pois, além de maior atenção dada por estes dois países

para estas subáreas, ambos tinham uma política externa com atenção ao mercado latino-americano.

Já em 2009 a maioria dos acordos firmados foram em saúde e educação técnica. A maioria dos acordos em saúde proporcionaram benefícios ao Brasil, por meio da transferência de conhecimentos da secretaria de saúde do México ao Ministério da Saúde do Brasil. Entretanto, essa diferença na quantidade de acordos que beneficiavam o Brasil não era tão maior que a quantidade de acordos em benefício ao México. A diferença, na verdade, era de apenas um acordo.

Os dois acordos em saúde que beneficiavam o México foram realizados por meio do apoio por parte do Ministério da Saúde do Brasil à Secretaria da saúde do México na implementação de bancos de leite humano, uma prática em que o Ministério da Saúde brasileiro tinha destaque. Um acordo foi realizado em 2009 e o outro em 2012, com objetivos distintos. Em 2009 o objetivo era a implementação dos bancos de leite humano no México com base na experiência brasileira. Em 2012 o objetivo era contribuir para a diminuição da mortalidade infantil, por meio da transferência de tecnologia e capacitação de profissionais. Este já era um dos objetivos políticos mexicanos, que ganhou ênfase após a divulgação de um relatório feito pela OCDE em 2009 afirmando que o nível de mortalidade infantil era muito maior neste Estado em comparação com os outros países em desenvolvimento.

Já em benefício ao Brasil, os acordos na subárea da saúde tratavam do fortalecimento do sistema de vigilância em saúde ambiental e capacitação brasileira com base na experiência mexicana em competência intercultural na oferta de serviços da saúde. E os acordos de benefício mútuo também vigoravam no sentido de trocas de experiências sobre práticas integrativas. Todos estes acordos geram uma boa troca de conhecimento entre estas duas nações que fortalece não somente as instituições públicas de saúde, como também beneficia os laços diplomáticos entre eles.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desta monografia foi apresentar a cooperação internacional entre Brasil e México com ênfase em ciência e tecnologia. Ainda foi realizada a análise das áreas que estão sendo mais acionadas na implementação do Acordo Básico em ciência e tecnologia e se estes temas são prioritários nos planos políticos de ambos os países, nos anos onde houve mais cooperação entre eles. Por fim, tenta-se verificar as áreas em que o Acordo Básico não está sendo implementado e a mudanças ocorridas na cooperação do século XX com o século XXI.

Por meio da análise do histórico dos atos bilaterais firmados entre Brasil e México ao longo dos anos, é perceptível o aumento dos acordos assinados, com um destaque especial para a área de ciência e tecnologia no início do século XX. Este aumento está conectado com a importância da ciência e tecnologia nas relações internacionais. Hoje esses elementos são considerados fatores preponderantes na promoção de desenvolvimento dos Estados e, se tratando de cooperação internacional, a principal vantagem exaltada dentro dos acordos a respeito da ação conjunta é justamente a contribuição deste ato para o desenvolvimento.

O primeiro capítulo desta monografia foi desenhado para dar as bases de compreensão ao leitor acerca do tema tratado, além de exaltar a importância da ciência e tecnologia em relações internacionais. Dentre as principais ideias tratadas, está o fato de que, apesar de haver diferentes visões a respeito da cooperação internacional e suas motivações, cada jogador (Estado) irá realizar um cálculo em que o resultado seja a soma de ganhos e/ou diminuição de perdas. E se tratando de visões diferentes sob uma temática, houve também a abordagem quanto ao papel da ciência e tecnologia na erosão da soberania do Estado. Quanto a isto, percebe-se que, apesar de haver diferentes justificativas sobre a posição que o Estado ocupa atualmente no Sistema Internacional, tanto Skolnikoff (1993) quanto Wagner (2006) apontam modificações na tomada de decisão dos atores governamentais, resultado da expansão de tecnologias da informação que, por exemplo, possibilitam uma maior mobilização conjunta da população em prol dos seus interesses. Assim, a ciência e tecnologia, além de serem motor para a promoção do desenvolvimento dos Estados, ainda exercem influência no modo como a decisão política é pensada e tomada, o que exalta a sua relevância nas relações internacionais.

As informações expostas no primeiro capítulo ainda embasam a classificação do tipo de cooperação existente entre o Brasil e o México. Neste sentido ela pode ser vista como uma cooperação do tipo Sul-Sul, já que ambos são países emergentes. No mais, pode ser visto que na cooperação em ciência e tecnologia há vários acordos de caráter formal, o que dá uma característica de maior proteção legal quanto a obrigatoriedade do cumprimento dos compromissos.

No segundo capítulo, onde se analisaram os atos bilaterais entre o Brasil e o México no século XX, foi notado o número tímido de acordos firmados até os anos 1960: um total de 9 acordos em áreas básicas, como a de comércio e arbitragem. A partir deste ano até 2000 é perceptível um aumento considerável nos acordos firmados. O número de acordos mais que triplicou, atingindo um total de 30 novos atos internacionais em 16 novas áreas, tendo maior destaque o campo de transportes, petróleo e indústria.

Quando analisados os planos políticos econômicos dos governos no período em que estas três temáticas foram mais acionadas, percebe-se uma convergência de interesses brasileiro e mexicano em relação a prioridades de investimento na área de petróleo. Desta forma, a cooperação nesta área seguiu uma tendência política governamental dos dois países. Quanto à temática de transporte, esse era um campo que governo brasileiro entendia como prioritário na época da assinatura do acordo. Apesar de não haver atenção especial por parte do governo mexicano de investimento em transporte, a cooperação ocorreu em benefício de ambos os países. Já nos primeiros anos do século XXI, acordos em temas gerais - vulgo aqueles que não se referem à área de ciência e tecnologia - apareceram em pouca quantidade, apresentando seis novas áreas.

Quando analisados todos os atos bilaterais de 2001 a 2015 é perceptível a supremacia do tema de ciência e tecnologia em termos de quantidade. Dos 44 acordos, 33 deles foram em ciência e tecnologia, compondo um total de 77% dos acordos nesta área. Isto poderia ser um indicativo da maior atenção que passou a ser dada para a área frente aos outros temas. Entretanto, os acordos nas outras áreas não tinham a previsão de ajustes complementares para a sua implementação, ao contrário do Acordo Básico em ciência e tecnologia. Neste caso, essa maior quantidade de acordos firmados na área de ciência e tecnologia no início do século XXI é um efeito consequencial dos formatos dos acordos guarda-chuva, conforme o previsto nos mesmos. Ainda assim, pode ser visto que de fato a quantidade de projetos criados neste campo é considerável.

Para uma análise das áreas em que o Acordo Básico em ciência e tecnologia está sendo implementado, o estudo foi dividido em duas partes. Isto porque em 2002 um acordo complementar ao Acordo Básico foi firmado, e nele foram delimitadas as subáreas pelas quais Brasil e México tinham a intenção de cooperar, diferente do acordo guarda-chuva, que menciona apenas os objetivos genéricos de cooperação.

Como já mencionado, no Acordo Básico em ciência e tecnologia assinado em 1974 não havia a delimitação de temas específicos a serem explorados. O acordo apresentava, por um lado, as modalidades em que se pretendia cooperar: a elaboração de projetos técnico-científicos; programas para a capacitação de pessoal, intercâmbio de jovens técnicos, informações e documentações; prestação de serviço de consultoria, organização de seminários e conferências; por fim, deixava estabelecido que qualquer outra modalidade que fosse conveniente para as partes poderia ser acionada. Nesta época, o Ministério das Relações Exteriores no Brasil era o responsável pelas atividades resultados deste acordo, enquanto o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia era o órgão executor dos programas por parte do México.

Por outro lado, dado que o acordo-quadro possuía finalidades genéricas, é difícil de analisar as subáreas em que o acordo estava sendo implementado. Áreas como a agrícola, siderúrgica e estatística, em que houve ajustes complementares, poderiam se encaixar em qualquer das modalidades apresentadas.

Em contraposição, em 2002 o Acordo Complementar assinado trouxe a intenção de promover o fortalecimento de capacidades na administração e execução de Programas Nacionais de Ciência e Tecnologia; aprofundar vínculos entre comunidades científicas e tecnológicas dos dois países; estimular a colaboração entre indústria e as instituições de investigação e desenvolvimento tecnológico; e a formação de recursos humanos de pós-graduação e pós-doutorado de alto nível. Além disso, as temáticas foco do interesse na cooperação foram elencadas: biotecnologia (que envolve biodiversidade, agricultura, saúde e meio ambiente); energia; materiais avançados; aeronáutica, tecnologia espacial e aplicações espaciais; tecnologias da informação; telecomunicações; e ciências sociais.

Neste caso, apesar de as temáticas serem apresentadas no acordo, ainda é difícil visualizar detalhadamente quais são as partes do acordo que estão sendo implementadas pois há campos que não são bem definidos, como por exemplo, a de materiais avançados. O que pode ser considerado um material avançado? Nota-se, ainda, o fato de aparecerem

dentro dos ajustes complementares o nome de áreas que não são mencionadas claramente no acordo complementar. Foram vistos com frequência ajustes complementares em ciência e tecnologia no subcampo chamado de ‘estatística’, por exemplo, que não havia sido mencionada no acordo quadro. É possível, por meio de uma análise detalhada, conectar algumas dessas subáreas às áreas gerais do acordo complementar, mas sem a definição explícita das áreas do Acordo Básico há um risco grande dos resultados desta classificação não estarem corretos.

Entretanto, com base na classificação apenas daqueles acordos que claramente pertencem a uma das áreas mencionadas no acordo complementar, podemos afirmar que 47% dos acordos assinados em ciência e tecnologia entre Brasil e México são na área de biotecnologia. Esse destaque pode ser melhor percebido principalmente nos primeiros anos do século XXI, em que ocorreu a maioria das assinaturas dos ajustes complementares, já que durante o século XX houver apenas 11 acordos, sendo que 3 deles eram documentos com finalidade organizacional e os outros 8 eram documentos nos campos de pesquisa científica e tecnológica, economia, siderurgia, agricultura; e ainda houve dois acordos que não apresentaram a área específica. Se analisado apenas os acordos do século XXI, essa porcentagem sobe para o valor de 60% do total.

Quando analisados os ajustes complementares do século XXI, percebe-se que as subáreas que mais são acionadas são as de agricultura, com 33%, estatística, com 21%, e outros 21%, na área de saúde. Além disso, a maioria dos acordos foi assinada nos anos de 2009 e 2012. E, se comparadas as áreas de investimento prioritárias para os governos do Brasil e México nos anos mencionados, nota-se que as principais subáreas dos ajustes complementares são compatíveis às áreas tidas como prioritárias pelos governos nacionais. Mas nem sempre foi assim. Nenhuma das subáreas de ciência e tecnologia do século XX seguiu a tendência das temáticas postas como prioritárias nos planos nacionais de desenvolvimento dos países.

Em relação à predominância do subcampo de agricultura, foi identificado que todos os acordos firmados nesta época tiveram a Embrapa, representando o Brasil, e a INIFAP, representando o México, como órgãos responsáveis pela implementação dos acordos. Nesta relação, o México é o principal beneficiado, visto que 6 dos 11 ajustes complementares envolviam a transferência de algum tipo de conhecimento da Embrapa ao INIFAP. É importante frisar que 4 dos acordos não apresentava o beneficiado de forma explícita, assim, a autora optou por considerar uma relação de ganhos mútuos, visto que

esse é o princípio geral da cooperação internacional. Apenas um acordo envolveu um projeto que beneficiasse o ganho de conhecimento à Embrapa. Isto, de modo superficial, pode até ser visto como algo natural, dadas as disparidades nas proporções de tamanho e relevância destas instituições. A Embrapa tem a equipe mais de 10 vezes maior e muito conhecimento a nível internacional, sendo uma das principais referências mundiais na tecnologia agropecuária em zonas tropicais.

Porém, essa relação de favorecimento ao México não ocorre apenas na área da agricultura. Quando estudados todos os acordos em ciência e tecnologia entre os anos de 2001 a 2015, nota-se que o México é quem recebe algum benefício em 15 dos 32 ajustes complementares. O Brasil tem o ganho em 8 acordos, em 6 deles o benefício é explicitamente mútuo e em outros 4 o beneficiário não é declarado de forma explícita. A área em que o Brasil mais recebe o conhecimento ou a tecnologia é em saúde, com um total de 3 projetos.

Cabe ressaltar, ainda, que os documentos até o final do século XX não seguiam um padrão. Houve ajustes complementares que não faziam referência a nenhum projeto específico, memorandos de entendimento que seguiam a estrutura do ajuste complementar e, ainda, acordos complementares chamados de ajuste complementar. Essa falta de padrão mudou nos primeiros anos do século XXI, em que se observou maior correspondência entre o tipo de acordo e seu respectivo conteúdo. Isso pode denotar um acúmulo de experiência nos dois países sobre o tema, assim como refletir a importância do tema da ciência, tecnologia e inovação para as relações internacionais de modo geral no século XXI.

Por fim, é importante enfatizar que este estudo é de caráter exploratório, feito por meio do levantamento de dados primários com o objetivo de averiguar como ocorre a relação bilateral entre Brasil e México, principalmente na área de ciência e tecnologia. Assim, é importante que o desdobramento destes dados aconteça por meio de novos estudos para a melhor compreensão desta relação, que hoje se mostra assimétrica. Um destes estudos a serem realizados é em relação a áreas em que o acordo não está sendo implementado. A autora ressalta que é difícil identificar quais as áreas estão sendo implementadas dada a nomenclatura divergente entre as classificações realizadas dentro dos ajustes complementares em comparação com o acordo-quadro. Entretanto, sob uma análise detalhada em cada um dos acordos, é muito claro que algumas áreas não foram contempladas por ajustes complementares, o que pode denotar seu baixo índice de

implementação. Um exemplo delas é o subcampo de interesse na cooperação em tecnologia espacial. Portanto, cabe a análise do motivo pelo qual em dado momento houve a intenção entre essas duas nações de promoverem a cooperação em determinadas áreas que não deram seguimento, ou, em outras palavras, de que modo a cooperação em biotecnologia tendo o México como beneficiário da maior parte dos casos, contribui para o fortalecimento do Brasil.

Além disso, e sob a constatação de ganhos desiguais no balanço geral da cooperação existente na relação Brasil-México, é importante que seja feito um estudo sobre o que motiva o Brasil a seguir investindo na cooperação em que os seus ganhos são menores em relação aos gastos e esforços dispendidos na transferência de conhecimento que realiza. Ou sobre quais são os ganhos relativos que o Brasil está obtendo nesta relação.

Esses estudos são relevantes para entender se a forma como são desenhadas as políticas de desenvolvimento de temas estratégicos, e sua interface internacional, de fato estão tendo resultados positivos para o Brasil. Ainda é necessário, portanto, avaliar se os gastos com a cooperação podem ser remanejados a outro setor, a fim de otimizar benefícios e impulsionar o desenvolvimento de ambos os países envolvidos.

6. APÊNDICE

Este estudo é de caráter descritivo que, portanto, visa analisar elementos de uma estrutura e dar indícios de vínculos causais com as informações apresentadas e classificadas (MARCONI, LAKOS, 2006 apud SILVA et al 2015). Para isso foram utilizados como instrumento de análise os documentos disponíveis no portal de atos internacionais brasileira, nomeada Concórdia. A escolha desta plataforma deu-se ao perceber que na plataforma correspondente mexicana não estavam colocados todos os documentos formais firmados com o Brasil. Isto porque havia apenas cinco documentos muito recentes e, quando colocado no portal de transparência mexicano o parceiro comercial Estados Unidos, do mesmo modo, apareciam poucos documentos entre deles. Assim, a autora entendeu que aquela não era uma base de dados atualizada.

Após ter sido feita a escolha da base de dados a ser analisada, foram separados os atos internacionais em temas gerais - que aqui entende-se por qualquer outro diferente de ciência e tecnologia – dos atos no campo de ciência e tecnologia. Os acordos de temas gerais, que não eram o foco deste estudo, foram colocados em um quadro com a classificação do tipo do acordo, área e ano de assinatura, para em seguida comparar ao número de acordos assinados na área de ciência e tecnologia.

Os documentos contabilizados no cálculo da quantidade de acordos firmados em temas gerais foram os com nomeação de Acordo - com exceção dos acordos modificados - Tratado, Programa de Trabalho, Contrato e Convênio. Isto porque o objetivo era verificar os projetos que estavam sendo assinados, não avaliar todos os complementos e observações ligados a eles. Deste modo os documentos como os ajustes e convênio complementares, protocolo adicional, comissões mistas, declaração conjunta e memorandos de entendimento, não foram levados em consideração.

Na sequência, foram analisadas as estruturas dos acordos, constatando-se que eles não seguiam a estrutura correspondente àquela definida pelo MRE. Ressaltando que cada tipo de acordo exerce uma função específica, a primeira impressão tida ao ler estes documentos, é que eles não seguiam o padrão devido e, portanto, não executavam as funções que deveriam, talvez por terem sido nomeadas inadequadamente.

O estudo dos acordos em ciência e tecnologia foi aprofundado. Além de também ter sido feita a classificação por tipo do acordo, área, ano e perfil da estrutura, também

foram observados os responsáveis pela implementação do acordo, a quem o acordo beneficiava e o status de vigência. Em relação à área do acordo, a classificação foi feita a partir da área mencionada dentro do ajuste complementar, anterior ao Artigo I de cada um dos ajustes complementares. Entretanto, e sob a análise das funções e responsáveis pelo acordo, foi percebido que a área classificada oficialmente dentro do ajuste complementar nem sempre era fidedigna ao objeto da implementação, o que demandou que a autora criasse classificação própria das áreas dos acordos. Os padrões citados fazem referência à definição dos tipos de documentos oficiais brasileiros feitos pelo Congresso Nacional em 2002.

Na classificação foram analisados principalmente o objetivo do acordo e o órgão responsável pela implementação. Assim, quando a instituição e o objetivo do acordo indicavam que o tema era divergente do classificado dentro dos ajustes complementares, a autora mudou a temática para ter a contabilização exata das áreas em que a cooperação mais ocorria.

No presente estudo o campo da inovação foi pouco ressaltado ou praticamente não abordado. Isso porque os acordos oficiais fazem menção à cooperação em ciência e tecnologia, não mencionando o termo “inovação”. Outro ponto importante a ser ressaltado é que não foram colocados os nomes completos dos acordos na monografia na sistematização de dados, pois os nomes são bem extensos e não serviriam para calcular nenhuma métrica.

Depois desta classificação, foi feita uma divisão dos acordos que ficou nomeada por acordos do século XX e os acordos do século XXI. Isto porque houve uma análise breve dos acordos prévios à assinatura do Acordo Básico em ciência e tecnologia no ano de 1974. E, para seguir o padrão de nomeação, a referência aos acordos assinados de 2001 a 2015 foi apresentada como acordos do século XXI. Vale ressaltar que em 2016 e no presente ano não houve assinatura de nenhum acordo em ciência e tecnologia, por isto a escolha deste período de análise específico.

Ao pesquisar a respeito da cooperação internacional entre Brasil e México no século XX, foi encontrada uma manifestação do diplomata brasileiro San Tiago Dantas em que afirmava que havia um desejo de maior aproximação dessas duas nações a partir da década de 1960. Visto isso, uma subdivisão foi feita dentro da análise dos acordos do

século XX para averiguar se de fato o aumento da cooperação aumentou de fato, como era previsto.

Depois de averiguar o crescimento de assinaturas de acordos e suas respectivas áreas, coube fazer uma breve análise do cenário econômico dos períodos específicos. Primeiro, foi pensado em analisar o período prévio à assinatura do Acordo Básico em ciência e tecnologia. Assim, percebeu-se que antes da assinatura houve um período muito importante na economia brasileira, conhecido por milagre econômico, que foi de 1968 a 1973. Assim, para contextualizar a situação econômica mexicana neste mesmo período, e, pelo fato do período presidencial do México ter duração de seis anos, optou-se pela análise dos governos Ordaz e Echevarría, já que no período que houve o milagre econômico o México passou por estes dois governos. Na sequência, para a avaliação do contexto brasileiro no momento da assinatura do Acordo Básico, foi analisado o governo Geisel, que estava no poder naquele momento, nos anos de 1974-1978. E em relação à análise dos períodos de 1980 a 1983 e 1997 a 1999 foi porque foram nesses períodos que ocorreu a assinatura de ajustes complementares em ciência e tecnologia.

Na análise dos acordos gerais do século XXI, entraram na contagem de acordos os documentos com a titulação “Acordo”, não levando em consideração os memorandos de entendimento ou por troca de notas, pois o objetivo era mapear os projetos criados, não os documentos que faziam alguma complementação de informação.

E para a classificação de quem é o beneficiado com a cooperação, foi observado o discurso colocado no objetivo do projeto. Termos como “para a capacitação de”, “contribuição para”, “aumento da eficiência de” eram indicativos de um benefício unilateral. Por outro lado, termos como “intercâmbio de experiência” e “desenvolvimento [...] dos dois países” foram considerados como uma cooperação de ganhos mútuos. Entretanto, aconteceu de termos como esses não aparecerem, o que foi classificado como beneficiário não declarado.

As instituições que mais receberam algum tipo de contribuição também foram computadas. Todavia, somente foi feita a apresentação dos organismos na área da agricultura e saúde, porque sempre que houve cooperação nestes temas, a relação sempre tinha os mesmos responsáveis. Já a área estatística, apesar de haver uma quantidade expressiva de acordos, teve representantes diferenciados, e cabia apenas apresentar as instituições mais relevantes.

Por fim, os períodos econômicos escolhidos para análise no século XXI foram 2009 e 2012. A escolha se deu unicamente por serem os anos em que ocorreu um grande volume de assinatura de ajustes complementares.

Assim, seguindo a finalidade da metodologia de pesquisa descritiva, o estudo em questão se preocupou com a apresentação de dados e análise das informações, sem entrar no mérito do conteúdo. Ou seja, tentou-se apontar como as relações foram realizadas e não os seus motivos. E utilizando os dados apresentados, novos questionamentos de fundamental importância para a compreensão desta relação bilateral surgiram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO COMERCIAL ENTRE BRASIL E MÉXICO. **Tratado de Comercio e Navegação entre o México e o Brasil. 7** dezembro 1931. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/418>>. Acesso em: 07 set. 2017.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Política industrial**. Disponível em: <www.abdi.com.br/Paginas/politica_industrial.aspx> Acesso em: 10 de julho de 2017.

ALCÁNTARA, Armando. Políticas educativas y neoliberalismo en México: 1982-2006. **Revista Iberoamericana de Educación**, [s. L.], v. 1, n. 48, p.147-165, 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, p.162-184, 2004.

ALVES, Eliseu. Embrapa: Um caso bem-sucedido de inovação institucional. **Revista de Política Agrícola**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.65-73, jul. 2010.

AVELDAÑO, Rodrigo; TAPIA, Alfredo; ESPINOSA, Alejandro. Generación y transferencia de tecnología en el INIFAP, para el desarrollo de la agricultura mexicana. **Terra**, [s. L.], v. 17, n. 3, p.265-270, 1999.

AUST, Anthony. The theory and practice of informal international instruments. **Cambridge University Press**. Cambridge, p. 787-812. out. 1986.

BASÁÑEZ, Miguel. **La lucha por la hegemonía en México 1968 - 1990**. [s.l.]: Siglo Veintiuno Editores, 1990. 309 p.b

BALANCIERI, Renato et al. A análise de redes de colaboração científica sob as novas tecnologias de informação e comunicação: um estudo na Plataforma Lattes. **Ciência da Inovação**, Brasília, p.64-77, abr. 2005.

BRASIL. **Atos internacionais**.2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/atos-internacionais>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

BRASIL. **Cooperação Técnica**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/279-aisa-raiz/aisa/24939-cooperacao>>. Acesso em: 07 out. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009. **Convenção de Viena Sobre O Direito dos Tratados**. Brasília, 2009.

BRASIL. Decreto nº 56435, de 08 de junho de 1965. **Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas**. Brasília, 08 jun. 1965.

BRASIL. **Do sanitário à municipalização**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/historico>>. Acesso em: 07 out. 2017.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento**. 1971. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>>. Acesso em: 08 set. 2017.

BRASIL. **Programa de metas e bases para a ação do governo**. 1970. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-metas-e-bases-para-a-acao-do-governo>>. Acesso em: 13 out. 2017.

CAMPOS, Rolando Cordera. **Movimiento del 68: Una perspectiva de economía política**. 2004. Disponível em: <<https://www.nexos.com.mx/?p=11281>>. Acesso em: 23 set. 2017.

CARNEIRO; MONDIANO, Eduardo Marco. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva et al. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 323-346.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHABAT, Jorge. La respuesta del gobierno de Calderón al desafío del narcotráfico: Entre lo malo y lo peor. **Cide**, [s.l.], v. 1, n. 196, p.02-18, jan. 2010.

CHÁVEZ, Luis. **Administración del patrimonio de la beneficencia pública: Antecedentes históricos**. 2007. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.salud.gob.mx/uni-dades/dgapbp/Antecedenteshistoricos.htm&gws_rd=cr&dcr=0&ei=Rq3uWdzdF4OXwQSH9avIAQ>. Acesso em: 07 set. 2017.

COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, p.45-64, abr. 2007.

CREPALDI, Jesus; BASTOS, Luciana Aparecida; SILVA, Katia Jose da. Avaliação dos reflexos da crise asiática e russa nas economias membro do Mercosul: Uma análise que se estende do período de 1997- 2007. In: VII ENPPEX, 7., 2011, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: Faculdade Estadual de Ciências e Letras, 2011. p. 01 - 16.

CRUZ JUNIOR, Ademar Seabra da. **Diplomacia, Desenvolvimento e Sistemas Nacionais de Inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Endividamento Externo e Transferência de Recursos Reais ao Exterior: Os Setores Público e Privado na Crise dos Anos Oitenta. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.121-144, ago. 1995.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. **A cooperação internacional para o desenvolvimento como uma expressão específica da cooperação internacional: um levantamento teórico**. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/374/212>>. Acesso em: 23 set. 2017.

DIEESE. **Política de Desenvolvimento Produtivo: Nova Política Industrial do Governo**. [s.l.]: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos, 2008. 16 p.

EMBRAPA. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/quem-somos>>. Acesso em: 29 out. 2017.

FERNANDES, Aline Regina. **A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: Um olhar na perspectiva da inserção internacional brasileira**. 2011. 86 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GAILLARD, J. **NORTH-SOUTH RESEARCH PARTNERSHIP: Is Collaboration Possible between Unequal Partners?**.1994. [S.l.] p.31-63. (1994).

GILPIN, Robert. *O Desafio do Capitalismo Global*. Rio de Janeiro: Record, 2004, 494 p. ISBN: 85-01-06370-3.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p.211-246, 1993.

GRIECO, Joseph; POWELL, Robert; SNIDAL, Duncan. The Relative-Gains Problem for International Cooperation. **The American Political Science Review**, Washington, v. 87, n. 3, p.727-743, set. 1993.

KNAUL, Felicia Marie et al. Hacia la cobertura universal en salud: rotección social para todos en México. **Salud Pública de México**, Cuernavaca, v. 55, n. 2, p.207-235, 2013.

KEOHANE, Robert; MARTIN, Lisa. The Promise of Institutional Theory. **MIT Press**. [S. l.], p. 39-51. jul. 1995.

KRIGE, John. A Transnational Approach. In: MAYER, Maximilian; CARPES, Mariana; KNOBLICH, Ruth. **The Global Politics of Science and Technology**. [s.l.]: Springer, 2014. p. 227-244.

LAMPREIA, Luiz Felipe. O Brasil e o TNP. **Resenha de Política Externa**, [s. L.], v. 24, n. 81, p.95-96, 1997.

LOPEZ, Paola Rojo. **México en 2009, entre crisis económica, laboral y sanitaria**. 2009. Disponível em: <<http://www.cronica.com.mx/notas/2009/476698.html>>. Acesso em: 05 set. 2017.

MAGAR, Eric; ROMERO, Vidal. México: Reformas pese a un gobierno dividido. **Revista de Ciencia Política (Santiago)**, Santiago, v. 28, n. 1, p.265-285, 2008.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 12, 1975.

MATTOS, César. **O que é o Plano Brasil Maior**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2013/10/23/o-que-e-o-plano-brasil-maior/>>. Acesso em: 19 out. 2017.

MEDINA, Manuel Ildefonso Ruiz. **Políticas públicas en salud y su impacto en el seguro popular en Culicán, Sinaloa, México**. 2011. 299 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidad Autónoma de Sinaloa, Culiacán, 2011.

MEARSHEIMER, John J. The false promise of international institutions. **International Security**, Boston, v. 19, n. 3, p.5-49, 1995.

MÉXICO. **A economía do México: Crecimiento Sólido**. 1999. Disponível em: <http://zedillo.presidencia.gob.mx/welcome/PAGES/library/portuguese_wp/economy.html>. Acesso em: 18 out. 2017.

MÉXICO. **El sector externo de la economía de México en 1968**. 1969. Disponível em: <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/615/1/RCE1.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

MÉXICO. **El sistema de salud mexicano, una historia de casi 60 años**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.salud.gob.mx/apps/htdocs/gaceta/gaceta_010702/hoja7.html&num=1&dcr=0&strip=0&vwsrc=0>. Acesso em: 10 out. 2017.

MÉXICO. **Informe Anual 1999**. 2000. Disponível em: <<http://www.banxico.org.mx/dyn/publicaciones-y-discursos/publicaciones/informes-periodicos/anual/{6A00A50E-06B4-02AD-A920-893B28E80781}.pdf>>. Acesso em: 29. ago. 2017.

MÉXICO. **Informe Anual 2009**. 2010. Disponível em: <<http://www.banxico.org.mx/publicaciones-y-discursos/publicaciones/informes-periodicos/anual/{7447993F-55EF-F7FD-7E30-01015753E686}.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MÉXICO. **Informe Anual 2012**. 2013. Disponível em: <<http://www.banxico.org.mx/publicaciones-y-discursos/publicaciones/informes-periodicos/anual/%7B85D20DEA-EAD9-C72D-452C-34010C8F9101%7D.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

MÉXICO. INIFAP. **Decreto por el que se creael INIFAP**. 2001. Disponível em: <[file:///C:/Users/Gabi/Downloads/decreto_creacion_inifap2001 \(1\).pdf](file:///C:/Users/Gabi/Downloads/decreto_creacion_inifap2001%20(1).pdf)>. Acesso em: 07 set. 2017.

MÉXICO. INIFAP. **Informe anual de atividades 2009**. [s.l.]: Impresos Luna Flores, 2010. 66p.

MÉXICO. INIFAP. **Informe anual de actividades 2012**. [s.l.]: Impresos Luna Flores, 2013. 88 p.

MÉXICO. **La economía mexicana en 1997**. 1998. Disponível em: <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/346/6/RCE10.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

MÉXICO. **Mensaje del Presidente Felipe Calderón Hinojosa**. Disponível em: <<http://pnd.calderon.presidencia.gob.mx/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MÉXICO. **Plan Nacional de Desarrollo**. 1983. Disponível em: <http://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=4805999&fecha=31/05/1983>. Acesso em: 10 set. 2017.

MÉXICO. **Plan Nacional de Desarrollo**. 1995. Disponível em: <<http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/pnd.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MÉXICO. **Plan Nacional de Desarrollo**. Informe de ejecución. 2013. Disponível em: <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/30302/6ie_pnd_2007-2012.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

MÉXICO. SECRETARÍA DE SALUD. **Dirección de cooperación bilateral y regional**. 2015. Disponível em: <<http://www.dgri.salud.gob.mx/interior/bilaterales.html>>. Acesso em: 09 out. 2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). **Cooperação Jurídica Internacional**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional>>. Acesso em: 08 out. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasil) **Atos Internacionais, Prática Diplomática Brasileira: Manual de Procedimentos**. Brasília: 2010. 20p. Disponível em: <<http://dai-Mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/manual-de-procedimentos>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasil). **Cooperação técnica**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>>. Acesso em: 11 out. 2017.

MORENO, Juan Carlos. La economía mexicana frente a la crisis internacional. **Nueva Sociedad**, [s.l.], v. 220, n. 1, p.60-83, 2009.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations: The struggle for power**. New York: Mcgraw-hill Education, 1948. p. 489.

MUÑOZ, EnaraEchart. **A cooperação sul-sul do Brasil com a África**. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792016000100009>. Acesso em: 15 set. 2017.

MURTA, Luiz Roberto; BRASIL, Gutemberg Hespanha; SAMOHYL, Robert Wayne. Crise monetária brasileira de 1999: uma análise econométrica da desvalorização do real em 1999. In: XXXV SBPO, 35., 2003, Natal. **Anais...** . Natal: Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, 2003. v. 1, p. 432 - 447.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Cooperação Sul-Sul**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/cooperacaosulsul/>>. Acesso em: 14 out. 2017.

OCDE. **Estudio Económico de México, 2009**. [s.l.]: Oecd Observed, 2009. 12 p.

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.195-217, nov. 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A crise financeira de 2008. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 29, n. 1, p.133-149, 2009.

PINO, Bruno Ayllón; LEITE, Iara Costa. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: Contribuições e Desafios.** 2009. Disponível em: <<http://www.ibri-rbpi.org/?p=12420>>. Acesso em: 23 out. 2017.

RIVERA, Alicia Ortiz. EL CONSEJO MEXICANO DE HOMBRES DE NEGOCIOS: Organo de acción política de la élite empresarial. In: XXII CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS, 01., 2000, Miami. **Anais...** . Miami: Asociación de Estudios Latinoamericanos, 2000. p. 01 - 30.

ROBLES, Alfonso García. Las relaciones diplomáticas entre México y el Brasil. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 4, n. 3, p.347-378, 15 mar. 1964.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. L.], v. 49, n. 2, p.157-177, 2006.

SEMO, Ilán et al. **La transición interrumpida: México 1968 - 1988.** Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 1993.

SILVA, Darly Henriques da. **Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos.** 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n1/a01v50n1>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SILVA, Mauricio Corrêa da et al. Metodologia científica para as ciências sociais aplicadas: análises críticas sobre métodos e tipologias de pesquisa e destaque de contribuições de Marx, Weber e Durkheim. **Revista Científica Hermes**, Natal, v. 1, n. 13, p.159-179, 2015.

SICARI, Vincenzo Rocco. **O direito das relações diplomáticas.** Belo Horizonte: del Rey, 2007.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos: CEBRAP**, [s.l], v. 1, n. 1, p.39-67, jul. 2015.

SINGER, André. Realinhamento, ciclo longo e coalizões de classe. **Revista de Economia Puc-sp**, São Paulo, v. 2, n. 4, 2010.

SKOLNIKOFF, Eugene B. **The elusive transformation: Science, technology, and the evolution of international politics.** Princeton: Princeton University Press, 1993.

SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais.** 2005. Disponível em: <<https://politica210.files.wordpress.com/2015/05/dicionario-das-relac3a7oes-internacionais.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.5-15, 1985.

TRATADO DE MONTEVIDEO. Conferencia Intergubernamental para elestablecimiento de una zona de libre comercio entre países de América Latina. 18

fevereiro 1960. Disponível em:
<[https://www3.nd.edu/~jbergstr/DataEIAs2006/FTA5yrData_files/PDF%20Files/Latin%20America/LAFTA%20-%20MONTEVIDEO%20TREATY%20\(1960\)%20\(Spanish\).pdf](https://www3.nd.edu/~jbergstr/DataEIAs2006/FTA5yrData_files/PDF%20Files/Latin%20America/LAFTA%20-%20MONTEVIDEO%20TREATY%20(1960)%20(Spanish).pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana**: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

VELASCO, Ana Covarrubias. La política exterior de Calderón: Objetivos y acciones. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 53, n. 3/4, p.455-482, 2013.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973):: uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. fgv62, n. 2, p.221-246, jun. 2008.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.31-61, nov. 2003.

WAGNER, Caroline S. International collaboration in science and technology: promises and pitfalls. **Anthem Press**, Londres, p.01-11, 2006.

WEISS, Charles. Science, technology and international relations. **Technology In Society**, [s. L.], v. 27, p.295-313, 2005.

WERNECK, Rogério Ladeira Furquim. Consolidação da estabilização e reconstrução institucional. In: ABREU, Marcelo de Paiva et al. **A Ordem do Progresso**. [s.l.]: Campus, 2015.